

Veículo: A Tarde	Caderno: Capa
Data: 25/03/2021	Página: A1

A TARDE

FLEXIBILIZAÇÃO

Contribuintes do Simples na Bahia ganham prazo para recolher ICMS

Por conta dos efeitos da pandemia, o governo baiano vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas vezes o prazo para recolhimento do ICMS no âmbito do Simples Nacional, contemplando 190 mil micro e pequenas empresas. **A10**

A TARDE

TRIBUTO Medida do governo estadual deve beneficiar 190 mil micro e pequenos negócios e cerca de 300 mil MEIs ICMS: pequenas empresas têm novo prazo

DA REDAÇÃO

O governo da Bahia anunciou ontem a prorrogação, por quatro meses, do prazo para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no âmbito do Simples Nacional, com parcelamento em duas vezes e prazos previstos para os meses de abril, maio e junho. A medida deve beneficiar 190 mil micro e pequenas empresas.

A prorrogação vale também para 300 mil inscritos como microempreendedor individual (MEI). As parcelas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

A prorrogação será por decreto do governador Rui Costa, após a medida sugerida pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) ter obtido aval do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Na Bahia, o impacto será de R\$ 90 milhões.

O imposto que seria recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o

previsto para junho, em novembro e dezembro.

A iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também be-



Pequenos negócios afetados pelas medidas de restrição de circulação ganham mais prazo para pagar o ICMS

“São medidas que trazem alívio aos

segmentos mais atingidos pela pandemia”

MANOEL VITÓRIO, sec. da Fazenda

neficiou empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunho econômico e social reunidas no programa Estado Solidário, a Bahia pror-

rogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60 mil varejistas

de áreas do estado sob o efeito das medidas restritivas em função da pandemia. O impacto desta medida será de R\$ 125 milhões.

Impacto Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de

R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual nos próximos meses. “São medidas complementares que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pande-

mia”, diz o secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

O Estado ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenbahia destinada a 25

mil microempreendedores formais e informais e manteve por mais 30 dias as certidões negativas de tributos estaduais para permitir que os empresários baianos, nesta fase de dificuldades, permaneçam com perfil regular, caso já estivessem nesta condição antes das medidas restritivas adotadas em março, mantendo acesso ao crédito.

Combustíveis

As medidas relativas ao recolhimento do ICMS para micro e pequenas empresas, que irão gerar impacto nas receitas estaduais, ocorrem em um cenário de incertezas em relação a este tributo.

No mês passado, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para definir os combustíveis e lubrificantes sujeitos à incidência única do ICMS.

Na prática, a medida, se aprovada, altera a forma de cobrança do ICMS pelos estados, cabendo ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) definir as alíquotas sobre combustíveis, que deverão “ser uniformes em todo o território nacional e poderão ser diferenciadas por produto”.

A depender das novas definições, poderá haver redução na arrecadação das Fazendas estaduais.

O projeto de lei ainda não tem data para ser votado.

190 mil contribuintes ganham novo prazo de recolhimento do ICMS

O Governo da Bahia vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas vezes, em função dos efeitos da pandemia, o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho para 190 mil micro e pequenas empresas. A prorrogação vale também para 300 mil contribuintes inscritos como Microempreendedor Individual (MEI). As parcelas prorrogadas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

A prorrogação será feita mediante decreto do governador Rui Costa, após a medida sugerida pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) ter obtido, nesta quarta (24), o aval do Comitê Gestor do Simples

Nacional (CGSN). Na Bahia, o impacto da medida será de R\$ 90 milhões.

O imposto que seria recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

Esta nova iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também beneficiou empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunho econômico e social reunidas no programa Estado Solidário, a Bahia prorrogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60 mil varejistas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 25/03/2021	Página: 02

Tribuna

ICMS

O Governo da Bahia vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas vezes, em função dos efeitos da pandemia, o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho para 190 mil micro e pequenas empresas.

|

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Março de 2021 - 18:36

Contribuintes do Simples Nacional na Bahia ganham novo prazo de recolhimento do ICMS



O governo da Bahia irá prorrogar por quatro meses e o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho. Além da prorrogação, haverá também a possibilidade de parcelamento do valor devido em duas vezes. A medida beneficiará 190 mil micro e pequenas empresas.

A prorrogação vale também para outros 300 mil contribuintes inscritos como Microempreendedor Individual (MEI). As parcelas prorrogadas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

A efetivação da medida ocorrerá mediante decreto do governador Rui Costa. A sugestão das novas condições de pagamento foi feita pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) ter obtido, nesta quarta (24), o aval do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Na Bahia, o impacto da medida será de R\$ 90 milhões.

O imposto a ser recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

Na semana passada o governo baiano já havia anunciado uma primeira medida em benefício de empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunho econômico e social reunidas no programa **Estado Solidário**, a Bahia prorrogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60 mil varejistas localizados em áreas do estado sob o efeito das medidas restritivas em função da pandemia. O impacto desta medida será de R\$ 125 milhões.

Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual

nos próximos meses. "São medidas complementares que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pandemia", afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.**

O governo baiano ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenharia destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado, e manteve por mais 30 dias as certidões negativas de tributos estaduais para permitir que os empresários baianos, nesta fase de dificuldades econômicas, mantenham o perfil regular, caso já estivessem nesta condição antes das medidas restritivas adotadas em março, e preservem assim o acesso ao crédito.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Março de 2021 - 22:00

Dívida pública sobe em fevereiro e atinge R\$ 5,19 trilhões



O crescimento no número de emissões de títulos públicos fez a Dívida Pública Federal continuar a subir em fevereiro. No mês passado, o indicador encerrou em R\$ 5,198 trilhões, com alta de 2,75% em relação a janeiro. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (24) pelo Tesouro Nacional.

A dívida pública mobiliária (em títulos) federal interna subiu 2,68% passando para R\$ 4,951 trilhões. No mês passado, o governo emitiu R\$ 104,87 bilhões a mais do que resgatou. Além disso, houve a incorporação de R\$ 24,3 bilhões em juros, quando o governo reconhece gradualmente os juros que incidem sobre a dívida, de acordo com a Agência Brasil.

A dívida pública externa caiu de R\$ 237,88 bilhões em janeiro para R\$ 247,93 bilhões em fevereiro. Os principais responsáveis foram a alta de 0,99% do dólar em fevereiro e a contratação de R\$ 7,24 bilhões em empréstimos de organismos internacionais pelo governo brasileiro.

Nos últimos meses, o Tesouro tem emitido mais títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência), que foi parcialmente consumido no início da pandemia do novo coronavírus. Essa reserva subiu de R\$ 805,7 bilhões em janeiro para R\$ 933,2 bilhões em fevereiro e atualmente cobre 6,7 meses de vencimento. Em março, abril e maio, vencerão R\$ 581,2 bilhões em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia de covid-19, o governo queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em agosto do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R\$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com o aumento das emissões.

Em fevereiro, o Tesouro emitiu R\$ 177,97 bilhões, acima de R\$ 150 bilhões pelo sexto mês consecutivo. Os resgates somaram R\$ 66,46 bilhões, impulsionados principalmente pela troca de R\$ 46,37 bilhões em títulos indexados à Selic (juros básicos da economia).

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias

Conselho da Petrobras aprova venda da Refinaria Landulpho Alves

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, nesta quarta-feira (24), a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, na Bahia, e de seus ativos logísticos associados para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão - cerca de R\$ 9,1 bilhões. A assinatura do contrato de compra e venda ocorrerá em breve, segundo a própria Petrobrás.

O contrato prevê ajustes no valor da venda em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação, e que a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A refinaria será a primeira dentre as oito que estão em processo de venda a ter o contrato assinado. A empresa afirma que após a venda das oito refinarias, permanecerá com uma capacidade de refino de 1,15 milhão de barris por dia, com foco na produção de combustíveis mais eficientes e sustentáveis. Para isso, investirá em tecnologias para tornar suas refinarias duplamente resilientes, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. A projeção é dobrar, em 5 anos, a oferta nessas refinarias de Diesel S-10, de menor emissão, e a custos cada vez mais competitivos.

O processo de desinvestimento da RLAM, aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras nesta quarta, teve início em maio de 2019 e seguiu a Sistemática de Desinvestimentos aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O projeto de desinvestimento da RLAM teve sua aprovação recomendada pela Comissão Interna de Alienação e foi aprovado em todas as instâncias da governança corporativa da Petrobras, desde o Comitê Técnico Estatutário formado por gerentes executivos de diversas áreas da companhia, passando pela Diretoria Executiva. Nessas duas últimas instâncias, recebeu aprovação unânime. Foram realizadas diversas reuniões prévias com tais órgãos, incluindo o Comitê de Investimentos, que assessora o Conselho de Administração. A companhia atendeu a todas as questões apontadas em auditoria da Controladoria Geral da União e às indagações formuladas pelo TCU.

O desinvestimento da RLAM contou, ainda, com fairness opinions dos bancos Citibank, Rotschild e Santander, pareceres técnicos da consultoria global IHS-Markit e da Fundação Getulio Vargas e parecer jurídico do Dr. Francisco Costa e Silva, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários e especialista em Direito Societário.

Veículo: Política Livre	
Data: 25,03.2021	Caderno: Economia



190 mil contribuintes do Simples Nacional na Bahia ganham novo prazo de recolhimento do ICMS

BAHIA

O Governo da Bahia vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas vezes, em função dos efeitos da pandemia, o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho para 190 mil micro e pequenas empresas. A prorrogação vale também para 300 mil contribuintes inscritos como Microempreendedor Individual (MEI). As parcelas prorrogadas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

A prorrogação será feita mediante decreto do governador Rui Costa, após a medida sugerida pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal – Comsefaz ter obtido nesta quarta (24) o aval do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN. Na Bahia, o impacto da medida será de R\$ 90 milhões.

O imposto a ser recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

Esta nova iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também beneficiou empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunhos econômico e social reunidas no programa Estado Solidário, a Bahia prorrogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60

mil varejistas localizados em áreas do estado sob o efeito das medidas restritivas em função da pandemia. O impacto desta medida será de R\$ 125 milhões.

Prorrogações somam R\$ 215 milhões

Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual nos próximos meses. “São medidas complementares que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pandemia”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

O governo baiano ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenbahia destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado, e manteve por mais 30 dias as certidões negativas de tributos estaduais para permitir que os empresários baianos, nesta fase de dificuldades econômicas, mantenham o perfil regular, caso já estivessem nesta condição antes das medidas restritivas adotadas em março, e preservem assim o acesso ao crédito.

Veículo: Bocão News	
Data: 24/03/21	<u>Cita Secretário</u>



ECONOMIA E MERCADO

Mais 100 mil contribuintes do Simples Nacional na Bahia ganham novo prazo de recolhimento do ICMS



24 de Março de 2021 às

20:30 Por: Marcello Casal Jr/Agência Brasil Por: Redação BNews

O Governo da Bahia vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas o prazo para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho para 190 mil micro e pequenas empresas. A prorrogação vale também para 300 mil contribuintes inscritos como Microempreendedor Individual (MEI). As parcelas prorrogadas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

Decisão foi tomada pro causa do avanço da pandemia no país e seu impacto na economia. A prorrogação será feita mediante decreto do governador Rui Costa, após a medida sugerida pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) ter obtido nesta quarta (24) o aval do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Na Bahia, o impacto da medida será de R\$ 90 milhões.

O imposto a ser recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

Esta nova iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também beneficiou empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunhos econômico e social reunidas no programa Estado Solidário, a Bahia prorrogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60 mil varejistas localizados em áreas do estado sob o efeito das medidas restritivas em função da pandemia. O impacto desta medida será de R\$ 125 milhões.

Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual nos próximos meses. “São medidas complementares que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pandemia”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.**

O governo baiano ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenhavia destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado, e manteve por mais 30 dias as certidões negativas de tributos estaduais para permitir que os empresários baianos, nesta fase de dificuldades econômicas, mantenham o perfil regular, caso já estivessem nesta condição antes das medidas restritivas adotadas em março, e preservem assim o acesso ao crédito.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 25403/21	



QUASE 200 MIL CONTRIBUINTES BAIANOS DO SIMPLES NACIONAL TÊM NOVO PRAZO PARA RECOLHER ICMS



admin 24 Março, 2021

O Governo da Bahia vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas vezes o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho para 190 mil micro e pequenas empresas. A prorrogação vale também para 300 mil contribuintes inscritos como Microempreendedor Individual (MEI). As parcelas prorrogadas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro. O impacto da medida será de R\$ 90 milhões.

O imposto a ser recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

Esta nova iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também beneficiou empresas do Simples Nacional. Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual nos próximos meses.

O governo baiano ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenhahia destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/03/2021	



190 mil contribuintes do Simples Nacional na Bahia ganham novo prazo de recolhimento do ICMS

24 março 2021

O Governo da Bahia vai prorrogar por quatro meses e parcelar em duas vezes, em função dos efeitos da pandemia, o prazo para recolhimento do ICMS apurado no âmbito do Simples Nacional, com prazos de pagamento previstos para os meses de abril, maio e junho para 190 mil micro e pequenas empresas. A prorrogação vale também para 300 mil contribuintes inscritos como Microempreendedor Individual (MEI). As parcelas prorrogadas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

A prorrogação será feita mediante decreto do governador Rui Costa, após a medida sugerida pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) ter obtido, nesta quarta (24), o aval do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Na Bahia, o impacto da medida será de R\$ 90 milhões.

O imposto que seria recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

Esta nova iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também beneficiou empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunho econômico e social reunidas no programa Estado Solidário, a Bahia prorrogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60 mil varejistas localizados em áreas do estado sob o efeito das medidas restritivas em função da pandemia. O impacto desta medida será de R\$ 125 milhões.

Prorrogações somam R\$ 215 milhões

Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual nos próximos meses. “São medidas complementares que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pandemia”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.

O governo baiano ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenhavia destinada a 25 mil microempreendedores formais e informais de todo o estado, e manteve por mais 30 dias as certidões negativas de tributos estaduais para permitir que os empresários baianos, nesta fase de dificuldades econômicas, mantenham o perfil regular, caso já estivessem nesta condição antes das medidas restritivas adotadas em março, e preservem assim o acesso ao crédito.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/03/2021	



Governador sanciona leis que garantem bolsa a estudantes e isenção no pagamento da conta de água

24 março 2021



Foto: Carla Ornelas/Arquivo GOVBA

O governador Rui Costa divulgou no Twitter, na tarde desta quarta-feira (24), que sancionou dois projetos de leis aprovados pela Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). Os projetos aprovados são o Bolsa Presença e o de isenção de pagamento das contas de água fornecida pela Embasa.

O Bolsa Presença é voltado para estudantes da rede estadual de ensino e faz parte do programa Estado Solidário. Com investimento anual previsto de mais de R\$ 231 milhões, será pago o valor de R\$ 150 para cada família com aluno matriculado na rede estadual de ensino. O benefício será concedido aos estudantes que tiverem frequência superior a 85% nas atividades escolares. O percentual de estudantes beneficiados corresponde a cerca de 37% dos matriculados na rede estadual de ensino.

Aprovada por unanimidade, a isenção do pagamento da conta de água beneficia cerca de 1 milhão de pessoas. São 233 mil famílias de baixa renda, afetadas pela pandemia, em diversos municípios baianos. O Estado investiu R\$ 17 milhões nesta iniciativa e a isenção será pelo período de três meses para famílias cadastradas no núcleo social da Embasa e que consumirem até 25 metros cúbicos de água por mês.

“Sancionei duas leis aprovadas na Assembleia: uma isenta contas de água e esgoto para as pessoas na pobreza e extrema pobreza. A outra estabelece a Bolsa Presença no valor de R\$ 150 para 292 mil estudantes. Mais do que nunca, é hora de responsabilidade e cuidado com as pessoas”, afirmou o governador.

Repórter: Jairo Gonçalves

Veículo: Gov Bahia	
Data: 24/03/2021	



Governador assina carta pedindo auxílio emergencial de R\$ 600

24 março 2021

O governador Rui Costa e outros 15 governadores de todas as regiões do Brasil assinaram, nesta quarta-feira (24), uma [carta em apoio à iniciativa das 300 organizações que compõem a “Campanha Renda Básica que Queremos”](#). No documento, eles pedem aos presidentes da Câmara e do Senado esforços para que o auxílio emergencial deste ano seja igual ao do ano passado, no valor de R\$ 600, e concedido sob os mesmos critérios.

De acordo com os governadores, somente com renda básica aliada às medidas sanitárias será possível enfrentar a situação da pandemia da covid-19. “Entendemos que a redução dos valores do auxílio emergencial é inadequada para a eficácia da proteção da população. Enquanto a vacinação não acontecer em massa, precisamos garantir renda para a população mais vulnerável”, diz trecho da carta.

No documento, os governadores pedem que o Congresso Nacional disponibilize os recursos necessários e defendem que essas medidas são extraordinárias, com objetivo específico de mitigar os efeitos da crise e não devem ser entendidas como um afastamento do país da responsabilidade fiscal. “Logo à frente precisaremos voltar a uma trajetória de ajustamento fiscal que compatibilize os necessários programas sociais com um financiamento responsável dos mesmos”, finaliza o texto.

Além de Rui Costa, assinam a carta os governadores de Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Fazenda digital passa por aprimoramentos

O cidadão acostumado a visitar virtualmente a Secretaria Municipal da Fazenda terá uma agradável surpresa, em seu próximo acesso ao site da instituição, ao tomar conhecimento do novo desenho e aprimoramento dos serviços prestados.

O endereço www.sefaz.salvador.ba.gov.br oferece, agora, um ambiente otimizado, com a oferta de serviços para contribuintes, preferencialmente em casa, como forma de ajudar a conter o coronavírus, mas também em seus trabalhos, se não puderem evitar sair.

Para estabelecer como critério das mudanças, a melhor serventia aos contribuintes, exercitando a força da empatia – colocar-se no lugar do outro –, o site da Fazenda de Salvador oferece, logo à vista, os serviços mais procurados.

– Além dos investimentos diretos feitos durante a pandemia, com R\$ 65 milhões por mês oriundos de recursos de arrecadação, a orientação é para que o nosso pessoal não meça esforços para atender os contribuintes com o máximo de agilidade, transparência e presteza – disse a secretária da Fazenda de Salvador, Giovanna Victer.

São eles, pela ordem, segunda via de IPTU ou TFF, certidão negativa de débitos e emissão de alvarás, seguindo-se outros, não tão acessados, mas igualmente importantes para o exercício pleno da cidadania.

O internauta soteropolitano encontra à vista, também, o link para o Pague Fácil, ferramenta web criada como forma de facilitar ao contribuinte com mais de um débito conseguir pagar por um só documento de arrecadação municipal (DAM).

Também é a condição empática, capaz de gerar o poder de perceber o impacto das restrições impostas pela pandemia, daí a maior facilidade, na nova home, de o cidadão encontrar o link do Certidão de Inventário em formulário online autoexplicativo.

“Os remédios políticos no Parlamento são conhecidos e são todos amargos. Alguns, fatais. Muitas vezes são aplicados quando a espiral de erros de avaliação se torna uma escala geométrica incontrolável”

ARTHUR LIRA, presidente da Câmara, em discurso em plenário após reunião com Bolsonaro sobre a Covid-19



HORIZONTE | Nossa percepção sobre o tempo agora está acossada pela pressão da pandemia. O futuro nunca pareceu tão distante, o presente nunca tão miúdo. Escapar disso e aumentar os horizontes é agora, mais do que nunca, questão de saúde mental.

Servidores no PMI

O vereador Marcelo Maia (PMN) apresentou ontem à Câmara Municipal de Salvador o Projeto de Indicação nº 155/2021, que visa incluir no grupo prioritário do Programa Municipal de Imunização (PMI) os servidores públicos e terceirizados dos órgãos municipais que atuam presencialmente e no apoio da operação de monitoramento do cumprimento das medidas restritivas de enfrentamento à Covid-19.

– Nossos servidores estão desenvolvendo suas atividades com excelência, deixando nossa capital em destaque nacional no enfrentamento à pandemia, mesmo estando com suas vidas em condições vulneráveis à infecção. Por este motivo, acredito e defendo ser justa a inclusão de todos neste grupo prioritário de vacinação – diz o vereador.

Direitos Humanos

Com o objetivo de ampliar as vozes das lutadoras e lutadores pelos Direitos Humanos na Bahia, o Centro de Comunicação Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia (CCDC-Ufba) lança hoje o webdoc “Humanos por Direitos”. Em cinco episódios, as lideranças cacique Ramon Tupinambá, Mirian Fonseca, Niltinho Lopes, Maria de Fátima Freitas e Sellen Ramos contam parte de suas lutas na defesa da juventude negra, pessoas trans, democratização da comunicação, povos e comunidades tradicionais. O lançamento acontece hoje no perfil do Instagram do CCDC – [instagram.com/ccdcufba](https://www.instagram.com/ccdcufba) – às 18h.

Direito do agro em debate

Os interessados em direito do agro tem encontro marcado no dia 31 de março, quinta-feira, quando se realiza o congresso brasileiro desta especialidade, com transmissão pelo YouTube. O encontro virtual vai tratar de desafios jurídicos regulatórios dos sistemas agroindustriais, a partir do debate para encontrarem os especialistas as soluções mais prováveis a fim de contribuir com o desenvolvimento sustentável.

A perspectiva de uma maior competitividade global também está presente no congresso, distribuído em quatro painéis.

Quem inscrever-se poderá acompanhar o debate sobre reformas, tema do primeiro painel, com o objetivo de atualizar os participantes sobre a pauta do Congresso nacional. Já o segundo painel vai tratar de sustentabilidade e segurança alimentar, tomando como destaque, a conduzir o debate, a questão dos impactos na pauta das exportações.

A programação completa e a inscrição pode ser feita no endereço www.congressodireitoagro.com.br.

DA REDAÇÃO

Neymar, um talento indisponível

Antonio Carlos Nogueira Reis

Advogado, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia
antoniocarlos@nogueirareis.com.br

Desde os áureos tempos no Barcelona, quando teve a companhia de craques da categoria de Messi, Xavi e Iniesta, Neymar despontava para ser o futuro substituto de Pelé como o maior ídolo do futebol brasileiro de todos os tempos. Sem atingir ainda o prestígio de Messi e do Cristiano Ronaldo, Neymar já mostrava o seu talento, dentre outras excepcionais qualidades, por sua incrível facilidade para o drible, o que contribuiu para o seu sucesso também como artilheiro quando driblava em direção ao gol.

Essa sua preciosa arte tem sido, acre-

dito eu, uma das principais causas do seu crescimento profissional, mas também a responsável por muitas desventuras e decepções em sua carreira. É que o seu entusiasmo – verdadeiro fascínio – pelo drible o levou a utilizar essa sua poderosa arma muitas vezes inoportunamente.

No Barcelona, onde Neymar brilhou mais intensamente, ele dividia com Messi funções semelhantes, atuando este pelo setor direito e Neymar pelo esquerdo, revezando-se nas enfiadas pelo meio. Ali,

Afinal, para que serve um excepcional craque do futebol se não é possível contar com ele?

qualquer falta sofrida por um deles resultava numa oportunidade de gol. Já no Paris Saint-Germain, o clube francês em que ele continuou a sua carreira, Neymar costuma recuar para iniciar a jogada. Sempre marcado e sem encontrar um companheiro próximo para passar a bola ele é obrigado a driblar um ou mais adversários para prosseguir. Ora, o drible, se para Neymar é uma eterna diversão para o seu contendor constitui uma ameaça de desmoralização, pois ninguém aceita ser driblado diante de milhares de espectadores. Então solta-lhe o sarrafo, sem dó nem piedade. Sendo numerosos os lances em que esse quadro se repete elevam-se as chances de Neymar sofrer seguidas contusões. É o “óbvio ululante” a que se referia o saudoso dramaturgo e cronista Nelson Rodrigues. É só verificar as estatísticas sobre a quantidade de períodos inativos de Neymar resultantes de suas

constantes ausências aos gramados, prejudicando a sua equipe, inclusive a própria Seleção Brasileira, em jogos decisivos e até em Copas do Mundo. E isso tem sido determinante para as temporadas cada vez mais irregulares na atual fase do futebol de Neymar. Já não falo do comportamento às vezes pouco recomendável na sua vida pessoal, o que lhe produz uma visibilidade negativa, com reflexos na sua atuação em campo. Quanto às suas contusões, agora mesmo o PSG necessita do futebol de Neymar para disputar as eliminatórias na Liga dos Campeões da Europa e ele, como sempre, está lesionado. Vale lembrar que nas duas últimas Copas do Mundo, em 2014 e 2018, a Seleção Brasileira com ele não podia contar de vido às suas precárias condições físicas. Afinal, para que serve um excepcional craque do futebol se não é possível contar com ele?

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Decisões do STF

Por três votos a dois o STF declarou a parcialidade de Sérgio Moro no julgamento do ex-presidente Lula. Tudo indica que haverá um impacto jurídico nos outros processos julgados pela Lava Jato, com possíveis anulações. Por outro lado, em outra decisão, a Suprema Corte negou o pedido do presidente Jair Bolsonaro para acabar com as restrições nos estados, como toque de recolher, que ele chamou de estado de sítio e lockdown. O Brasil já atingiu 300 mil mortes e seria maior se não houvesse as restrições decretadas pelos governadores. CARLOS DE CARVALHO, CARLOS.CARVALHO829@GMAIL.COM

Bebida x vacina

As pessoas não perguntam por receio de serem tachadas de “cachaceiras” ou serem alvo de piadas, mas uma informação importante que deveria ser dada pelas autoridades sanitárias e médicas é a relação da bebida alcoólica com a vacina contra a Covid-19. Se o álcool neutraliza o efeito da vacina e quanto tempo as pessoas devem se abster, até de uma cervejinha, antes e depois da vacina. Mesmo sabendo que muitos não estão nem aí para esse detalhe, essa é uma informação muito importante, pois muita gente pode ficar sem ser imunizada apesar

de vacinada. HAMILTON MATOS, HDAMATOS@GMAIL.COM

Crime contra os trabalhadores

Hospitais superlotados de doentes da Covid-19 (a vacinação progride a passos muito lentos), o fechamento do comércio dito “não essencial” e sem “contrapartida” para os trabalhadores formais (sem salários) e informais (sem o pão de cada dia) e sem ajuda financeira do prefeito, do governador e do presidente da República, isso tudo é um crime contra os trabalhadores porque, sem renda, vão morrer de fome. E a “fome” não é luxo nem status. CARLOS ALBERTO S. QUIN-

A Lava Jato mudou o rumo da história política do país, mas quebrou empresas, desempregando seus funcionários; ação essa contrária à prática de países europeus e EUA

TELA, CARLOSALBERTOSANTOSQUINTELA@GMAIL.COM

O pior cego...

É aquele que não quer ver. São assim algumas pessoas quando tentam fazer considerações, comentários veementes sobre o que não sabem ou não querem saber. Fazem-se de cegos porque estão enraizados nas suas convicções preconceituosas, portanto, superficiais, desprovidas de análise mais sólida, onde a ausência do senso crítico se faz presente; parecem ter sido forjadas na influência de informações de certos telejornais que, no passado, manipulavam a mente do telespectador com a sua parcialidade e distorção de fatos, contribuindo, inexoravelmente, para produzir visões e atitudes rancorosas, autoritárias e até mesmo fanáticas, pois hoje alguns se sentem no direito de utilizar-se de mecanismos intimidatórios, tentando calar a legítima expressão, afrontando, assim, a Constituição Federal, ou por ignorância da mesma ou por má fé. Passam a léguas de distância de uma análise fundamentada no conhecimento da conjuntura geopolítica; no conhecimento da existência e atuação do “lawfare”, que, além de outros usos, objetiva manipular a Justiça na política, visando prejudicar seus inimigos. As gravações de conversas entre procuradores da força-tarefa da

Lava Jato e o juiz Sérgio Moro, realizadas pelo hacker Walter Delgatti – conforme ele próprio declarou em entrevista à CNN e a outros setores de informação –, foram entregues ao The Intercept, que as divulgou nos órgãos da grande imprensa. A autenticidade dessas gravações foi confirmada pela perícia determinada pelo Supremo Tribunal Federal e depois, por decisão da 2ª turma da corte, foram entregues à defesa do ex-presidente Lula que já havia requisitado há algum tempo. A cada gravação publicada, ficava claro a existência de um complô jurídico, político e de um projeto de poder de seus membros que inviabilizava a candidatura do ex-presidente Lula em 2018, mantendo-o preso “ad aeternum”. Essas gravações publicadas escandalizaram os meios jurídicos e a própria Justiça, tendo ampla repercussão. A Lava Jato mudou o rumo da história política do país, bem como quebrou várias empresas, desempregando seus funcionários; ação essa contrária à prática de países europeus e dos EUA que prendem os corruptos, mas preservam as empresas e os empregos. Mas, graças às gravações de Walter Delgatti, foram desnudados os “deuses de barro”. É preciso, portanto, esforço e estudo das situações sem o ranço da odiosidade, da polarização, mas abertos à realidade dos fatos. GRAÇA GOES, GRACA-GOES27@BOL.COM.BR

Espera por UTI apresenta tendência de redução na capital e no estado

RODRIGO AGUIAR

Com medidas restritivas em vigor há um mês e ampliação da infraestrutura de saúde, a demanda por leitos de UTI para pacientes com Covid-19 apresenta tendência de queda na capital e no estado.

Na Bahia, é observado um movimento de redução da fila de pessoas à espera de um leito desde o último 12, quando 513 pacientes aguardavam um leito de UTI e outras 219 esperavam por um leito clínico. Ontem, estavam na fila da regulação 258 pessoas com necessidade de um leito de UTI e 99 com indicação de leito clínico.

Em Salvador, os últimos dados apontavam 33 pacientes com Covid nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) à espera de um leito. Na última terça-feira, pelo terceiro dia seguido, a quantidade de regulados (81) superou a de pessoas aguardando (42). Nos últimos dias, o gráfico aponta para uma reversão da tendência observada desde 24 de fevereiro, quando o número de pacientes em busca de um leito passou a ser sempre maior do que a quantidade de transferidos das UPAs para hospitais.

O pico da fila da regulação na capital este ano foi atingido no dia 15 de março, quando 137 pessoas esperavam por um leito. Em função dos números, o prefeito Bruno Reis sinalizou, inclusive, a possibilidade de reabertura do comércio após a Semana Santa. O assunto será discutido até amanhã, com outros prefeitos e o governo do estado, informou o chefe do Palácio Thomé de Souza.

“Vamos discutir, caso as medidas tenham que ser prorrogadas, se é melhor até



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Dados recentes apontam ocupação de 84% dos leitos de UTI na cidade e taxa de reprodução do vírus abaixo de 1

Ontem, na Bahia, estavam na fila da regulação 258 pessoas com necessidade de um leito de UTI e 99 com indicação de leito clínico

antecipar os feriados e fazer uma contenção maior para que esses números cedam mais rápido e a gente possa sinalizar uma reabertura do comércio após a Semana Santa”, declarou o prefeito em entrevista de unidade de acolhimento para pessoas em situação de rua em Itapuã.

“Chegamos a ter 87 pacientes aguardando leitos de UTI e 137 pacientes aguardando por regulação. Os números de ocupação de leitos só vai cair quando todos os pacientes forem regulados. Mas já desceu da casa dos

90%”, afirmou Bruno. Os dados mais recentes apontam ocupação de 84% dos leitos de UTI Covid na cidade. Além disso, a taxa de reprodução do vírus – o chamado fator Rt – está abaixo de 1, de acordo com o gestor, que indica queda na transmissão.

O prefeito atribuiu os números às ações adotadas como a ampliação de unidades de saúde e hospitais de campanha, a abertura de novos leitos e as medidas restritivas. “Espero que não voltemos à situação entre 12 e 16 de março. Significa que pode vir

um novo pior momento? Ninguém pode dizer que sim ou não. Estamos tratando com novas cepas”, declarou.

Em entrevista à TV Bahia, o governador Rui Costa também comemorou a tendência de queda da fila da regulação. “Tínhamos 500 aguardando, ontem tinham 280. A expectativa é derrubar abaixo de 200 até sexta-feira. O ideal é que volte a ficar, a curto prazo, abaixo de 100, que era o que tínhamos antes dessa crise maior”, declarou o chefe do Executivo estadual.

Prefeitura amplia horário do transporte público

DA REDAÇÃO

Como forma de atender à demanda de passageiros durante o toque de recolher em Salvador, a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade (Semob), ampliou ontem o horário de funcionamento do transporte público por ônibus.

De acordo com a pasta, os coletivos vão realizar a última viagem a partir das 20h nos principais corredores.

O horário de funcionamento do metrô também foi ampliado, com a última viagem programada para o mesmo horário dos ônibus.

Desta forma, para atender estes passageiros, os veículos que atendem às estações de transbordo sairão até as 21h.

Retorno

Ainda conforme a Semob, o atendimento será retomado a partir das 4h do dia seguinte.

Os 20 ônibus de frota reguladora disponibilizados para atender à demanda estão mantidos e ficarão distribuídos entre as estações da Lapa, Pirajá, Mussurunga e Acesso Norte.

Horário de funcionamento do metrô também foi ampliado, com última viagem programada para o mesmo horário dos ônibus

Vacinação na capital atinge público com 69 anos hoje

Felipe Iruatã / Ag. A TARDE



O período de vacinação na capital contra a Covid-19 segue dividido em dois turnos

TÁCIO CALDAS*

Serão vacinados contra o novo coronavírus na capital baiana, hoje, idosos com idade igual ou superior a 69 anos. Isso é fruto da antecipação do escalonamento da imunização divulgada pela gestão municipal.

O período de vacinação segue dividido em dois turnos. Pela manhã, serão contemplados os nascidos entre 25 de março e setembro de 1951. Das 13h às 16h, será a vez dos idosos nascidos entre outubro de 1951 e 25 de março de 1952.

A aplicação da primeira dose para os profissionais de saúde não ocorre hoje. Já a oferta da 2ª dose para profissionais de saúde e idosos ocorre normalmente de

acordo com a data no cartão de vacinação.

Amanhã, será a vez dos idosos de 68 anos ou mais no programa de imunização. Procurada para informar o período do dia para vacinação, de acordo com a data de nascimento, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) não respondeu até o fecha-

Amanhã, será a vez dos idosos de 68 anos ou mais no programa de imunização

mento desta edição.

A orientação é consultar o aplicativo “Filômetro” para buscar os locais mais tranquilos e verificar se o nome consta na lista disponível no site da SMS, no endereço www.saude.salvador.ba.gov.br.

Os idosos aptos podem fazer o agendamento da vacinação domiciliar por meio do Vacina Express, no endereço vacinaexpress.saude.salvador.ba.gov.br.

São ofertadas por dia 200 vagas, preferencialmente, para idosos acamados e para os que estão com dificuldade de locomoção. As vagas são liberadas, diariamente, a partir das 8h.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

CCZ começa instalação de armadilhas contra mosquito

Olga Leiria / Ag. A TARDE



Equipamentos são instalados no entorno das residências em bairros da capital baiana

GABRIEL GALINDO*

Em meio à pandemia, o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), em operação da prefeitura, inicia hoje a instalação das armadilhas contra a dengue em pontos estratégicos da capital baiana.

Em março e abril, devido ao período propício à proliferação do mosquito, por conta do aumento da temperatura e pluviosidade, essas ações estão acontecendo em toda Salvador.

A estratégia é o uso de armadilhas de oviposição. Esse equipamento visa à coleta de ovos de *Aedes aegypti* e serve para avaliar a atividade reprodutiva e os níveis de infestação do mosquito.

Está programada a instalação das armadilhas, tam-

bém chamadas ovitrampas, para hoje e amanhã. São, no total, 560 unidades distribuídas em três distritos sanitários: Centro Histórico, Itapuã e Barra/Rio Vermelho.

Os agentes de combate às endemias instalam as armadilhas no entorno do imóvel, em locais que possuem áreas protegidas do sol e da

São, no total, 560 unidades distribuídas em três distritos sanitários

chuva.

Após sete dias, os dispositivos serão recolhidos pelos agentes e encaminhados ao laboratório do CCZ para realizar a contagem dos ovos das fêmeas do mosquito.

O resultado é analisado pela equipe técnica que avalia o grau de infestação do mosquito nos locais.

Para a subgerente de arboviroses do CCZ, Cristina Guimarães, a população deve seguir as normas e cuidados, de prevenção e combate. “Eliminando todos os depósitos que acumulam água, mantendo os reservatórios bem tampados e evitando jogar o lixo nas ruas e terrenos baldios”, afirmou.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

CÂMBIO Dólar fecha em R\$ 5,64 e tem maior alta para um dia em seis meses

www.atarde.com.br

salvador@grupoparade.com.br

TRIBUTOS Medida do governo estadual deve beneficiar 190 mil micro e pequenos negócios e cerca de 300 mil MEIs

ICMS: pequenas empresas têm novo prazo

DA REDAÇÃO

O governo da Bahia anunciou ontem a prorrogação, por quatro meses, do prazo para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no âmbito do Simples Nacional, com parcelamento em duas vezes e prazos previstos para os meses de abril, maio e junho. A medida deve beneficiar 190 mil micro e pequenas empresas.

A prorrogação vale também para 300 mil inscritos como microempreendedor individual (MEI). As parcelas serão escalonadas e só terminarão de ser pagas em dezembro.

A prorrogação será por decreto do governador Rui Costa, após a medida sugerida pelos estados por meio do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) ter obtido aval do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Na Bahia, o impacto será de R\$ 90 milhões.

O imposto que seria recolhido em abril fica prorrogado para pagamento em duas parcelas, em julho e agosto. O recolhimento previsto para maio será pago em setembro e outubro, e o previsto para junho, em novembro e dezembro.

A iniciativa soma-se a medida similar já adotada na semana passada pelo governo baiano que também be-



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 21.2.2021

Pequenos negócios afetados pelas medidas de restrição de circulação ganham mais prazo para pagar o ICMS

mil microempreendedores formais e informais e manteve por mais 30 dias as condições negativas de tributos estaduais para permitir que os empresários baianos, nesta fase de dificuldades, permaneçam com perfil regular, caso já estivessem nesta condição antes das medidas restritivas adotadas em março, mantendo acesso ao crédito.

Combustíveis

As medidas relativas ao recolhimento do ICMS para micro e pequenas empresas, que irão gerar impacto nas receitas estaduais, ocorrem em um cenário de incertezas em relação a este tributo. No mês passado, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para definir os combustíveis e lubrificantes sujeitos à incidência única do ICMS.

Na prática, a medida, se aprovada, altera a forma de cobrança do ICMS pelos estados, cabendo ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) definir as alíquotas sobre combustíveis, que deverão "ser uniformes em todo o território nacional e poderão ser diferenciadas por produto".

A depender das novas definições, poderá haver redução na arrecadação das Fazendas estaduais.

O projeto de lei ainda não tem data para ser votado.

“São medidas que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pandemia”

MANOEL VITÓRIO, sec. da Fazenda

neficiou empresas do Simples Nacional. Em meio a um pacote de iniciativas de cunho econômico e social reunidas no programa Estado Solidário, a Bahia prorrogou por três meses, e parcelou por mais três, o pagamento do ICMS normal e da antecipação tributária a vencer nos meses de março e abril para 60 mil varejistas

de áreas do estado sob o efeito das medidas restritivas em função da pandemia. O impacto desta medida será de R\$ 125 milhões.

Impacto

Juntas, as prorrogações dos pagamentos do ICMS normal e da antecipação tributária e do Simples Nacional representam um impacto de

R\$ 215 milhões sobre a arrecadação estadual nos próximos meses. “São medidas complementares que trazem alívio aos segmentos mais atingidos pela pandemia”, diz o secretário da Fazenda, Manoel Vitória.

O Estado ainda disponibilizou R\$ 100 milhões em linha de crédito especial da Desenharia destinada a 25

POSICIONAMENTO

Governadores pedem valor de R\$ 600 para auxílio

DA REDAÇÃO

Dezesseis governadores de todas as regiões do Brasil, incluindo o baiano Rui Costa, assinaram, ontem, uma carta em apoio à iniciativa das 300 organizações que compõem a Campanha Renda Básica que Queremos. No documento, eles pedem aos presidentes da Câmara e do Senado esforços para que o auxílio emergencial deste ano seja igual ao do ano passado, no valor de R\$ 600, e concedido sob os mesmos critérios.

De acordo com os governadores, somente com renda básica aliada às medidas sanitárias será possível enfrentar a situação da pandemia. “Entendemos que a redução dos valores do auxílio emergencial é inadequada para a eficácia da proteção da população. Enquanto



Rafael Martins / Ag. A TARDE / 29.7.2019

Governadores divulgaram uma carta com posição sobre auxílio emergencial

to a vacinação não acontecer em massa, precisamos garantir renda para a população mais vulnerável”, diz trecho da carta.

Extraordinárias

Os governadores pedem que o Congresso disponibilize os recursos necessários e defendem que essas medidas

são extraordinárias, com objetivo específico de mitigar os efeitos da crise e não devem ser entendidas como um afastamento do país da responsabilidade fiscal. “Logo à frente precisaremos voltar a uma trajetória de ajustamento fiscal que compatibilize os necessários programas sociais com um

financiamento responsável dos mesmos”.

Além de Rui Costa, assinam a carta os governadores de Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

REFINARIA BAIANA

Conselho da Petrobras aprova venda da RLAM

DA REDAÇÃO

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, na região metropolitana de Salvador (RMS), e dos ativos logísticos associados, para a Mubadala Capital, pelo valor de US\$ 1,65 bilhão (cerca de R\$ 9,1 bilhões).

De acordo com informações no site da Petrobras, a assinatura do contrato de compra e venda ocorrerá “em breve”.

O contrato prevê ajustes no valor, em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação, e que a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A refinaria será a primeira dentre as oito que estão em

processo de venda a ter o contrato assinado. Após a venda das oito refinarias, a Petrobras informa que deverá permanecer com uma capacidade de refino de 1,15 milhão de barris por dia (bpd), “com foco na produção de combustíveis mais eficientes e sustentáveis”. Para isso, a empresa promete investir em tecnologias para tornar as refinarias “duplamente resilientes, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico”. A projeção é dobrar, em cinco anos, a oferta de diesel S-10, de menor emissão, e a “custos cada vez mais competitivos”.

Processo

O processo de venda da RLAM teve início em maio de 2019 e seguiu, segundo a Petrobras, rigorosamente a Sistemática de Desinvestimentos aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

CURTAS

Ferreira Costa adapta horários

Devido às recentes medidas restritivas em função da pandemia do novo coronavírus, a loja Ferreira Costa (Av. Paralela), do ramo de materiais de construção e artigos domésticos, está divulgando novo horário de funcionamento, abrindo e fechando mais cedo e com atendimento reduzido. Desde a segunda-feira passada, o horário da loja passou a ser das 7h às 17h, de segunda-feira a domingo. Se preferir não sair de casa, o cliente também pode comprar pelo Te-

levendas (no mesmo horário da loja), pelo número (71) 3505-1555 ou no site www.ferreiracosta.com.

Loja na Av. Paralela antecipou horários de abertura e de fechamento

Projeto O Conectar inscreve até 31/3

As inscrições para os cursos do projeto O Conectar – Qualificação e Trabalho, do governo estadual, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego Renda e Esporte (Setre), segue até o próximo dia 31, no endereço eletrônico www.conectarbahia.com.br. O projeto tem investimento de R\$ 2,2 milhões e oferece seis mil vagas em todo o estado para cursos gratuitos de qualificação e atualização profissional. Os participantes terão direito à bolsa-auxílio, por dois meses, de

R\$ 120 cada parcela, para que possa ser assegurado, principalmente, o acesso à plataforma digital.

R\$ 120

é o valor de cada uma das duas parcelas pagas aos contemplados pelo projeto, que visa à capacitação e atualização profissional em todo o estado

Carrefour anuncia compra do Big

O grupo Carrefour fechou acordo para compra da rede de supermercados Big (ex-Walmart), avaliada em R\$ 7,5 bilhões. O anúncio da negociação foi feito pelo Carrefour ontem. De acordo com o comunicado da empresa compradora, “a aquisição do Grupo Big expandirá a presença do Carrefour Brasil em regiões onde tem penetração limitada, como o Nordeste e Sul do país, e que oferecem forte potencial de crescimento. A rede de lojas do Grupo Big, portanto, apresenta

forte complementaridade geográfica”. O Grupo Carrefour atua há mais de 40 anos no Brasil.

Grupo Carrefour tem lojas em 150 cidades, nos 26 estados e no Distrito Federal

GOVERNO ADIA IMPOSTOS PARA O SIMPLES

INCLUSIVE PARA MEI O Ministério da Economia anunciou ontem o adiamento do recolhimento de tributos para empresas do Simples Nacional. A medida alcança todos os tributos federais, estaduais e municipais recolhidos no âmbito do regime, e vale também para microempreendedores individuais (MEIs). Segundo o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, serão adiados os tributos com pagamento previsto para abril, maio e junho.

Governo estadual planeja auxílio de R\$ 300 a setor de entretenimento

CULTURA O governo do estado planeja conceder auxílio de R\$ 300 a trabalhadores do setor de entretenimento dos Bahia. Segundo a proposta em estudo, o benefício deverá ser concedido por um período de três meses, de acordo com o site Muita Informação.

Interessados em receber o

auxílio emergencial terão até o próximo dia 29 para preencher o formulário on-line. O cadastro abrange os trabalhadores da música, teatro, dança, corporativos, sonorização, iluminação, produção, técnica e segurança.

Segundo o superintendente da Bahiatursa, Diogo Medrado, a iniciativa visa

traçar um panorama dos profissionais destes setores na Bahia. Na perspectiva de Medrado, o auxílio deve atingir mais de 10 mil pessoas em todo o estado. Ao fazer um balanço do programa, o dirigente da Bahiatursa afirmou que até ontem seis mil pessoas já haviam se cadastrado no formulário.

Artigo Rosembergue Valverde

Números não dizem tudo

Depois da forte queda da atividade econômica, causada pela pandemia da covid-19, todos esperam por sinais de recuperação. A retomada da economia seria um alento ao tamanho do desemprego e ao acirramento das desigualdades sociais, que, mais uma vez, abalam a sociedade brasileira.

É interessante notar que, um ano após o início da pandemia, muitos economistas ainda insistam em discorrer sobre várias possíveis formas de recuperação. Uns atestam que a economia já se reabilita em V. Nesse caso, teríamos chegado ao fundo do poço nos dois meses que se seguiram ao início da crise. E, a partir daí, iniciamos um rápido processo de retomada. Outros falam numa recuperação em W. Assim sendo, antes do firme retorno ao crescimento, a economia mergulharia em um novo fundo. Um terceiro grupo diz que o resgate será em forma de U. Para esses últimos, antes de fazer as pazes com o crescimento, a economia passaria por uma longa recessão.

Para fundamentar os seus argumentos, cada grupo de economistas coloca suas lupas sobre indicadores da atividade econômica. Entretanto, como se quer mostrar aqui, ainda que se adote como referência uma mesma base de dados, pode-se chegar a interpretações divergentes sobre o desempenho da economia. Por exemplo, tomando-se o Índice de Atividade Econômica do Banco Central para o período de janeiro de 2019 e janeiro de 2021, é inequívoco o efeito devastador da crise sobre o nível da produção agregada. Mas, quando se compara o desempenho mensal do índice de atividade



econômica com a média móvel de 12 meses das taxas de crescimento econômico, como ilustra a figura, verifi-

ca-se que o formato da recuperação não é consensual.

Aqueles que se apressam em enxergar uma recupera-

ção em V, fazem a leitura do índice dessazonalizado, mês a mês. Nada mais enganador que isso. Em tendência, o ritmo de queda da atividade econômica desacelerou. Não há ainda sinais claros de recuperação. Talvez, alguns setores e segmentos produtivos já tenham reencontrado suas trajetórias de crescimento. Mas o mesmo não pode ser dito para a economia como um todo, que continua a operar em marcha muito lenta. Observando as médias móveis de 12 meses para as taxas de crescimento econômico, arriscaria até a dizer que sequer iniciamos um processo de recuperação econômica.

Para concluir, além do achismo e da esperança de que dias melhores surjam o mais breve possível, tem-se que a recuperação será mais lenta que o desejado e será sobretudo fragmentada. Ocorrerá em compassos diferentes entre setores produtivos, entre regiões do país e entre os diversos segmentos do mercado de trabalho.

ROSEMBERGUE VALVERDE É DOUTOR EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE PARIS XII E PROFESSOR PLENO DA UEFS.

24h

ECONOMIA

Venda da RLAM a fundo árabe é aprovada

REFINARIA BAIANA O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), instalada na Bahia. O Mubadala, fundo de investimento dos Emirados Árabes, assumirá a unidade produtora de derivados de petróleo pelo valor de US\$ 1,65 bilhão (R\$ 9,1 bilhões). Se aprovada pelos órgãos reguladores, essa será a primeira privatização de refinaria de um total de oito postas à venda pela empresa estatal. A alienação inclui ativos logísticos associados.

O valor em reais foi calculado pela cotação da moeda americana de ontem, mas poderá ser corrigido após a conclusão do negócio. Além disso, o contrato prevê ajustes no valor

1,65 bilhão de dólares (cerca de R\$ 9,1 bilhões) é o valor acordado entre a Petrobras e o Mubadala

da venda em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação. O documento firmado entre a Petrobras e o fundo também define que a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A refinaria, situada no município de São Francisco do Conde (BA), possui capacidade de processamento de 333 mil barris/dia (14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil), e seus ativos incluem quatro terminais de armazenamento e um conjunto de oleodutos que interligam a refinaria e os terminais, totalizando 669 km de extensão.

Em nota, a Petrobras afirma que "a venda da RLAM está em consonância com a

Resolução nº 9/2019 do Conselho Nacional de Política Energética, que estabeleceu diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no país, e integra o compromisso firmado pela Petrobras com o Cade para a abertura do setor de refino no Brasil".

Se vender as oito refinarias, a Petrobras vai permanecer com uma capacidade de refino de 1,15 milhão de barris por dia (bpd). Para produzir combustíveis mais eficientes e de melhor qualidade ambiental, a empresa planeja investir em tecnologias, segundo o comunicado. A projeção é dobrar, em cinco anos, a oferta nessas refinarias de diesel S-10, de menor emissão. O processo de desinvestimento da RLAM, aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras nesta data, teve início em maio de 2019.

Governadores de 16 estados pedem auxílio de R\$ 600

Em carta aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), governadores de 16 estados pedem que o Congresso disponibilize recursos necessários para que os valores da nova rodada do auxílio emergencial do governo sejam superiores aos estabelecidos pela medida provisória: de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 375. Os governadores defendem que a reedição do socorro a vulneráveis na pandemia repita a quantia mensal de R\$ 600 e os critérios de acesso adotados nos oito pagamentos feitos em 2020.

Os gestores que assinaram o documento reforçaram a dramaticidade do cenário no país com novos recordes de mortes diárias pela covid-19, lotação de leitos hospitalares, ameaça de falta de medicamentos para intubação de pacientes graves e o esgotamento dos profissionais da saúde da linha de frente de combate ao vírus.

O governo aprovou no Congresso R\$ 44 bilhões para o custo da nova rodada do auxílio emergencial, o que limita a cobertura do benefício diante da crise atual.

11

governadores não assinaram a carta pedindo um valor maior para o auxílio no pior momento da pandemia

44

bilhões de reais é o valor aprovado no Congresso para o benefício

250

reais é o valor médio que deverá ser pago aos beneficiários

GASOLINA E DIESEL TÊM REDUÇÃO DE PREÇO

A PARTIR DE HOJE A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (24/3), que vai reduzir o preço do litro da gasolina e do diesel em R\$ 0,11 nas refinarias a partir de hoje. O preço médio da gasolina passa a ser de R\$ 2,59 o litro, 3,7% abaixo do valor médio anterior (R\$ 2,69/l), e o valor médio do diesel passa a ser de R\$ 2,75/l, queda de 3,8% contra o valor vigente de R\$ 2,86/l. O anúncio segue a queda do preço do petróleo no mercado internacional registrada nos últimos dias.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Trezentos mil mortos são uma derrota coletiva tão avassaladora que o país não sabe mais medir, não tem palavras para qualificar. Existe apenas esse luto sobre nós, dia após dia. O que o presidente Bolsonaro fez ontem foi pouco, tarde e enganoso. Ele busca um alibi. Tenta montar uma rota de fuga e chamou quem pode lhe dar cobertura. Convidou apenas os governadores que lhe são próximos. Não convidou o Butantan e a Fiocruz. Os presidentes da Câmara e do Senado podem estar sinceramente envolvidos na missão, o novo ministro pode melhorar o clima no governo, mas a verdade é que o presidente jamais vai liderar um bom plano de coordenação da crise. Porque ele não quer e não sabe.

A reunião de ontem no Planalto foi excludente. Bolsonaro escolheu a dedo os coadjuvantes do seu teatro. Não estava sendo sincero quando disse: "a vida em primeiro lugar". E isso é possível garantir com base em todas as declarações feitas durante um ano inteiro.

A ideia de união contra a crise não tem coerência mínima com o que o presidente fala e faz. Para citar apenas três atos dos últimos dias. Ele encontrou um gru-

po de pessoas aglomeradas em frente ao Alvorada, para festejar seu aniversário. Distribuiu fatias de bolo e ameaças de golpe. Um dia depois, declarou que ninguém o havia convencido de que estava errado. Dias antes, havia entrado no Supremo com uma ação contra três governadores, propósito no qual fracassou.

A mudança do presidente é uma encenação. O novo chefe da Secom, o almirante Flávio Rocha, deu outra orientação para a desastrosa comunicação do presidente. Ter um militar, e de ativa, nesse posto é sinal de que as Forças Armadas aceitam se afundar mais um pouco nesse pântano que é o governo Bolsonaro. O primeiro ato dessa gestão foi a oferta sortida de mentiras em horário nobre. O pro-

O presidente busca um alibi

nunciamento de terça-feira é de fazer corar Pinóquio. "Somos incansáveis na luta contra o coronavírus", disse o presidente. O mesmo do "e daí?", do "vai comprar vacina na casa da sua mãe", o que acusou a imprensa de "histeria" e promoveu incontáveis aglomerações. Bolsonaro nunca lutou contra o coronavírus. Ele agrediu os gestores públicos que o fizeram.

Ontem, era para mostrar que quer combater a pandemia, mas ele não resistiu. "Tratamos também da possibilidade do tratamento precoce, isso fica a cargo do ministro da Saúde, que respeita o direito e o dever do médico off label de tratar os infectados". Deixando de lado a má construção da frase, o que fica claro é que tratou todos os pre-

sentes fora da bula. Não eram líderes de outros poderes. Eram figurantes aceitando o presidente prescrever o oposto do que recomendou, na terça, a Associação Médica Brasileira. Aliás, como demorou a AMB.

Tratamento precoce, como se sabe, é o codinome do charlatanismo, do kit de ineficácia comprovada. O médico Marcelo Queiroga, na primeira entrevista que concedeu como ministro, ajudou a aliviar o ambiente pesado. Só de não haver mais aquela fala sincopada de general dando bronca em recrutas já tornou melhor o clima na entrevista coletiva. Mesmo assim, ele continua tentando se equilibrar entre duas canoas. Se ficar com a ciência, vai ter conflito com o presidente, se continuar fazen-

do concessões ao presidente, estará em conflito com seu diploma de médico. E ele tem feito concessões. Ontem, criticou o lockdown, apesar de admitir que a crise, desta vez, pegou o país como um todo. "Quem quer lockdown?", perguntou. A Fiocruz, por exemplo, órgão científico do Ministério da Saúde, recomenda que o país pare por 14 dias. No fim da entrevista, ficou claro que Queiroga não fora informado de mudanças na forma de registro dos óbitos.

A atual defesa da vacinação é diferente de tudo o que Bolsonaro falou contra as vacinas, como comprovam os muitos vídeos com suas falas grosseiras. Mesmo se dermos ao presidente o inecrodo benefício da dúvida, é preciso lembrá-lo de que a falta de vacina neste momento se deve exclusivamente a ele e aos erros do seu governo. O Instituto Butantan teve que brigar para produzir as vacinas que hoje encontram os braços dos brasileiros. A Fiocruz teve que superar crises diplomáticas criadas pelo governo. Bolsonaro quer mudar a cena do crime e buscar um alibi que esconda um ano de erros fatais. Erros que nos trouxeram até aqui. Aos 300 mil mortos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 25/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 25 de Março de 2021 - 08:00

Simples Nacional: Bolsonaro anuncia adiamento do pagamento de impostos por três meses

O pagamento do Simples Nacional foi adiado por três meses, de abril a junho. O anúncio foi feito pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), na manhã desta quinta-feira (25), no Twitter.

"A medida beneficiará todas as micro e pequenas empresas, bem como os MEI", destacou Bolsonaro, acrescentando ainda que o pagamento poderá ser feito nos seis meses posteriores, de agosto a janeiro de 2022.

O Simples Nacional é o sistema de tributação simplificada, que visa facilitar o recolhimento de contribuições das micro e pequenas empresas. Ele abrange o Imposto de Renda (IR), PIS/Pasep, Imposto sobre Serviços (ISS) e outros tributos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Março de 2021 - 22:00

Dívida pública sobe em fevereiro e atinge R\$ 5,19 trilhões



O crescimento no número de emissões de títulos públicos fez a Dívida Pública Federal continuar a subir em fevereiro. No mês passado, o indicador encerrou em R\$ 5,198 trilhões, com alta de 2,75% em relação a janeiro. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (24) pelo Tesouro Nacional.

A dívida pública mobiliária (em títulos) federal interna subiu 2,68% passando para R\$ 4,951 trilhões. No mês passado, o governo emitiu R\$ 104,87 bilhões a mais do que resgatou. Além disso, houve a incorporação de R\$ 24,3 bilhões em juros, quando o governo reconhece gradualmente os juros que incidem sobre a dívida, de acordo com a Agência Brasil.

A dívida pública externa caiu de R\$ 237,88 bilhões em janeiro para R\$ 247,93 bilhões em fevereiro. Os principais responsáveis foram a alta de 0,99% do dólar em fevereiro e a contratação de R\$ 7,24 bilhões em empréstimos de organismos internacionais pelo governo brasileiro.

Nos últimos meses, o Tesouro tem emitido mais títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência), que foi parcialmente consumido no início da pandemia do novo coronavírus. Essa reserva subiu de R\$ 805,7 bilhões em janeiro para R\$ 933,2 bilhões em fevereiro e atualmente cobre 6,7 meses de vencimento. Em março, abril e maio, vencerão R\$ 581,2 bilhões em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia de covid-19, o governo queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em agosto do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R\$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com o aumento das emissões.

Em fevereiro, o Tesouro emitiu R\$ 177,97 bilhões, acima de R\$ 150 bilhões pelo sexto mês consecutivo. Os resgates somaram R\$ 66,46 bilhões, impulsionados principalmente pela troca de R\$ 46,37 bilhões em títulos indexados à Selic (juros básicos da economia).

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 24/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 24 de Março de 2021 - 19:48

Conselho da Petrobras aprova venda da Refinaria Landulpho Alves

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, nesta quarta-feira (24), a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, na Bahia, e de seus ativos logísticos associados para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão - cerca de R\$ 9,1 bilhões. A assinatura do contrato de compra e venda ocorrerá em breve, segundo a própria Petrobrás.

O contrato prevê ajustes no valor da venda em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação, e que a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A refinaria será a primeira dentre as oito que estão em processo de venda a ter o contrato assinado. A empresa afirma que após a venda das oito refinarias, permanecerá com uma capacidade de refino de 1,15 milhão de barris por dia, com foco na produção de combustíveis mais eficientes e sustentáveis. Para isso, investirá em tecnologias para tornar suas refinarias duplamente resilientes, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. A projeção é dobrar, em 5 anos, a oferta nessas refinarias de Diesel S-10, de menor emissão, e a custos cada vez mais competitivos.

O processo de desinvestimento da RLAM, aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras nesta quarta, teve início em maio de 2019 e seguiu a Sistemática de Desinvestimentos aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O projeto de desinvestimento da RLAM teve sua aprovação recomendada pela Comissão Interna de Alienação e foi aprovado em todas as instâncias da governança corporativa da Petrobras, desde o Comitê Técnico Estatutário formado por gerentes executivos de diversas áreas da companhia, passando pela Diretoria Executiva. Nessas duas últimas instâncias, recebeu aprovação unânime. Foram realizadas diversas reuniões prévias com tais órgãos, incluindo o Comitê de Investimentos, que assessora o Conselho de Administração. A companhia atendeu a todas as questões apontadas em auditoria da Controladoria Geral da União e às indagações formuladas pelo TCU.

O desinvestimento da RLAM contou, ainda, com fairness opinions dos bancos Citibank, Rotschild e Santander, pareceres técnicos da consultoria global IHS-Markit e da Fundação Getúlio Vargas e parecer jurídico do Dr. Francisco Costa e Silva, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários e especialista em Direito Societário.

Governadores e prefeitos bancam auxílios regionais

Um terço dos Estados e oito das 26 capitais do país anunciaram ou já estão oferecendo programas de transferência de renda

Por Marta Watanabe, Hugo Passarelli e Álvaro Fagundes — De São Paulo

25/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Grandes programas

Benefícios divulgados oficialmente, aprovados ou em curso, por entes selecionados

Ente	Valor do auxílio (R\$)	Valor total do programa (R\$ milhões)
Município de São Paulo	100 mensais	500
Município do Rio de Janeiro	108 a 500 em parcela única	100
Município de Salvador*	270 mensais desde junho/20*	66
Manaus	200 mensais em seis parcelas	96
Goiânia	300 mensais em seis parcelas	43,5
Niterói	500 mensais desde abril/20, estendido até julho	411**
Estado da Bahia	150 mensais por seis meses	231
Estado do Pará	100 reais em parcela única	100
Estado de Mato Grosso	150 mensais em três parcelas	45

Fonte: Estados e municípios. *Benefício vai até março e deve ser prorrogado por mais três meses. Valor foi o gasto até agora ** De abril/20 a jul/21

Em meio à espera do pagamento do auxílio emergencial da União, pelo menos um terço dos Estados e oito das 26 capitais do país anunciaram oficialmente ou já estão oferecendo programas de transferência de renda como forma de mitigar os efeitos da pandemia. Os auxílios são considerados instrumentos para dar meios à população de seguir as regras de isolamento social num momento em que elas se tornam ainda mais rígidas com a escalada de casos de covid-19. Conjuntamente, os programas devem pagar este ano montante superior a R\$ 1 bilhão e revelam uma diversidade nos valores e no recorte de beneficiários.

Há desde programas com recortes mais amplos num determinado nível de renda de famílias inscritas no Bolsa Família, como o programa da cidade de São Paulo ou do Estado do Pará, até programas que focaram em determinados grupos na tentativa de mitigar prejuízos com medidas de isolamento social. É o caso de Estados como Piauí e Ceará, que têm projeto ou já aprovaram leis para dar auxílio, entre outros, a trabalhadores de bares e restaurantes que ficaram desempregados.

As diferenças nos valores e formatos de pagamento também chamam a atenção. O município de São Paulo deve pagar este ano três parcelas de R\$ 100 enquanto o Estado do Pará já iniciou pagamento de parcela única de R\$ 100. Em Niterói, no Rio de Janeiro, a parcela mensal é de R\$ 500 mensais desde abril do ano passado. Salvador tem pago há dez meses parcelas mensais de R\$ 270. A previsão legal é de que o benefício da capital baiana vá até este mês, mas a perspectiva é de prorrogação por pelo menos mais três meses, segundo a secretária de Fazenda do município, Giovanna Victer.

O recorte do benefício soteropolitano inclui famílias vulneráveis do Cadastro Único e também vendedores ambulantes e catadores de recicláveis. “São pessoas que ganham durante o dia o dinheiro que paga o jantar”, diz. Sem o auxílio, diz ela, as pessoas de baixa renda precisariam sair de casa e assim o isolamento social, imprescindível enquanto a vacinação não se completa, não se realizaria.

O quadro revela a heterogeneidade econômica entre as regiões e a desigualdade das condições fiscais entre os entes, diz o economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). O morador das cidades ou dos Estados, diz ele, fica sujeito a uma oferta de auxílio emergencial regional que depende da situação fiscal prévia dos entes e também do quanto as respectivas regiões foram beneficiadas no ano passado com as transferências de recursos do governo federal e com o impulso de consumo resultante do pagamento do auxílio emergencial federal de R\$ 600, depois reduzido a R\$ 300.

“Em geral muitos Estados do Norte e Nordeste tiveram no ano passado situação de massa de consumo de renda maior que o período anterior à pandemia”, lembra Duque. Somente um programa federal poderia reduzir os efeitos da heterogeneidade de condições, aponta.

Ainda que devam ser importantes para os beneficiários locais, destaca o economista, os programas emergenciais de Estados e municípios deverão ter alcance reduzido em relação aos benefícios sociais da União. Se chegarem a pagar perto de R\$ 2 bilhões este ano, calcula, o montante ainda estará longe dos R\$ 35 bilhões que o Bolsa Família distribui anualmente.

Entre os 60 maiores municípios do país, 11 já pagam, enviaram projetos à Câmara dos Vereadores ou no mínimo já anunciaram oficialmente programas de transferência de renda. São, entre as capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Manaus, Recife, Goiânia e Belém. Entre os programas de maior valor está o do município de São Paulo. O benefício paulistano deve atingir cerca de 1,28 milhão de pessoas, com pagamento de R\$ 100 mensais durante o período de três meses. Segundo a prefeitura, o programa deve custar cerca de R\$ 500 milhões e é destinado a famílias inscritas no Programa Bolsa Família até 30 de setembro de 2020 e trabalhadores do comércio informal e ambulantes, entre outros.

Fora das capitais, as prefeituras de Maringá (PR) e Osasco (SP) informaram que projeto nesse sentido deve ser enviado em breve ao Legislativo. Serra (ES) e Niterói (RJ) também indicaram pagamento de auxílio. Segundo a prefeitura de Niterói, o benefício de R\$ 500 mensais é pago desde abril de 2020 e deve seguir pelo menos até julho deste ano. Considerando todo o período, desde de 2020, o valor do programa, que beneficia 50 mil famílias, é de R\$ 411 milhões.

Foram considerados programas de transferência de renda aqueles que foram criados ou ampliados em razão da pandemia de covid-19. Não foram incluídos benefícios destinados à compra de produtos específicos, como alimentos. Também não foram considerados auxílios que exigem contrapartidas, como a adesão a cursos de capacitação ou qualificação.

Entre os Estados, levantamento preliminar mostra que Bahia, Pará, Distrito Federal, Piauí, Mato Grosso, Ceará, Rondônia, Maranhão e Rio de Janeiro estão entre os que pelo menos anunciaram oficialmente um auxílio. O Estado de São Paulo anunciou programas de auxílio à qualificação e de inclusão este ano e informa que mantém, desde 2001, programa de transferência direta de renda permanente que beneficia cerca de 46 mil famílias, com pagamento de R\$ 80 mensais, além de auxílios destinados a jovens e idosos.

Ontem, 16 governadores assinam carta direcionada aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que o Congresso disponibilize os recursos necessários para o auxílio emergencial em níveis que superem os valores noticiados de R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375. Os governadores defendem auxílio emergencial de R\$ 600, com os mesmos critérios de acesso de 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

O carro novo de Karol Conká mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Bancos sobem alta de juros, seguindo pares no exterior e limitando queda do Ibovespa

VALOR INVESTE

Bolsonaro cancela ida ao Congresso para entregar MP do auxílio emergencial

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 25/03/21	



RUI ASSINA CARTA QUE PEDE VOLTA DO AUXÍLIO NO VALOR DE R\$600



admin 25 Março, 2021

O governador Rui Costa assinou, com 15 governadores de todas as regiões do Brasil, uma carta em apoio a iniciativa das 300 organizações que compõem a Campanha “Renda Básica que Queremos”. No documento, eles pedem aos presidentes da Câmara e do Senado esforços para que o auxílio emergencial deste ano seja igual ao do ano passado, no valor de R\$600, concedido sob os mesmos critérios. Além de Rui Costa, assinam a carta os governadores de Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

De acordo com eles, só com renda básica aliada às medidas sanitárias será possível enfrentar a situação. “Entendemos que a redução dos valores do auxílio emergencial é inadequada para a eficácia da proteção da população. Enquanto a vacinação não acontecer em massa, precisamos garantir renda para a população mais vulnerável”, diz trecho da carta.

No documento, os governadores pedem que o Congresso Nacional disponibilize os recursos necessários, defendem que essas medidas são extraordinárias, com objetivo específico de mitigar os efeitos da crise e não devem ser entendidas como um afastamento do país da responsabilidade fiscal. “Logo à frente precisaremos voltar a uma trajetória de

ajustamento fiscal que compatibilize os necessários programas sociais com um financiamento responsável dos mesmos”, finaliza o texto.

Foto : Fernando Vivas/GOVBA

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 24/03/21	



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS APROVA VENDA DA REFINARIA LANDULPHO ALVES (RLAM) NA BAHIA



admin 24 Março, 2021

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, nesta quarta-feira (24/3), a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, na Bahia, e de seus ativos logísticos associados para a Mubadala Capital pelo valor de US\$ 1,65 bilhão (cerca de R\$ 9,1 bilhões*). A assinatura do contrato de compra e venda ocorrerá em breve.

O contrato prevê ajustes no valor da venda em função de variações no capital de giro, dívida líquida e investimentos até o fechamento da transação, e que a operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A refinaria será a primeira dentre as oito que estão em processo de venda a ter o contrato assinado. O processo de desinvestimento da RLAM, aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras nesta data, teve início em maio de 2019, portanto, há 23 meses aproximadamente, e seguiu rigorosamente a Sistemática de Desinvestimentos aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O desinvestimento da RLAM contou, ainda, com fairness opinions dos bancos Citibank, Rotschild e Santander, pareceres técnicos da consultoria global IHS-Markit e da Fundação

Getulio Vargas e parecer jurídico do Dr. Francisco Costa e Silva, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários e especialista em Direito Societário.

A Petrobras lançou o teaser para a venda da refinaria em junho de 2019. Em fevereiro de 2021, foi recebida a proposta de US\$ 1,65 bilhão. É importante ressaltar que, em todos os processos de venda de ativos, incluindo o da RLAM, a Petrobras estabelece uma faixa de valor que norteia a transação e que considera as características técnicas, de produtividade e o potencial de geração de valor do ativo em diferentes cenários corporativos de planejamento. Esses cenários são utilizados tanto nas decisões de investimento quanto nas de desinvestimento e consistem em projeções das principais variáveis, tais como, preço do petróleo tipo Brent, margens de refino e taxa de câmbio (Real/Dólar). Essas premissas são aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração conjuntamente com o Plano Estratégico.

Até o cumprimento das condições precedentes e o fechamento da transação, a Petrobras manterá normalmente a operação da refinaria e de todos os ativos associados. Após o fechamento, a Petrobras continuará apoiando a Mubadala Capital nas operações da RLAM durante um período de transição. Isso acontecerá sob um acordo de prestação de serviços, evitando qualquer interrupção operacional. A Petrobras e a Mubadala Capital reafirmam o compromisso estrito com a segurança operacional na RLAM em todas as fases da operação.

A Petrobras reafirma também que nenhum empregado da companhia será demitido por conta da transferência do controle da refinaria para o novo dono. Os empregados da Petrobras que decidirem permanecer na companhia poderão optar por transferência para outras áreas da empresa. Outra possibilidade é a adesão ao Programa de Desligamento Voluntário, com pacote de benefícios. A Petrobras vem conduzindo os processos de desinvestimento com transparência e respeito aos empregados. A companhia divulga interna e externamente as principais etapas do processo e dá todo o apoio aos profissionais envolvidos.

Veículo: Política Livre	
Data: 25,03.2021	Caderno: Economia



24 de março de 2021 | 16:58

Rui Costa assina carta pedindo auxílio emergencial de R\$600

BAHIA

O governador Rui Costa e outros 15 governadores de todas as regiões do Brasil, assinaram nesta quarta-feira (24) uma carta em apoio a iniciativa das 300 organizações que compõem a “Campanha Renda Básica que Queremos”. No documento, eles pedem aos presidentes da Câmara e do Senado esforços para que o auxílio emergencial deste ano seja igual ao do ano passado, no valor de R\$600 e concedido sob os mesmos critérios.

De acordo com os governadores, só com renda básica aliada às medidas sanitárias será possível enfrentar a situação. “Entendemos que a redução dos valores do auxílio emergencial é inadequada para a eficácia da proteção da população. Enquanto a vacinação não acontecer em massa, precisamos garantir renda para a população mais vulnerável”, diz trecho da carta.

No documento, os governadores pedem que o Congresso Nacional disponibilize os recursos necessários, defendem que essas medidas são extraordinárias, com objetivo específico de mitigar os efeitos da crise e não devem ser entendidas como um afastamento do país da responsabilidade fiscal. “Logo à frente precisaremos voltar a uma trajetória de ajustamento fiscal que compatibilize os necessários programas sociais com um financiamento responsável dos mesmos”, finaliza o texto.

Além de Rui Costa, assinam a carta os governadores de Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Governo suspende cobrança de impostos do Simples em abril, maio e junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O agravamento da pandemia de covid-19 e a adoção de medidas de isolamento social em Estados e municípios levaram o governo federal a acionar mais uma vez o botão das medidas de ajuda, seguindo um protocolo semelhante a março de 2020. Após a recriação do auxílio emergencial a vulneráveis, o Ministério da Economia anunciou nesta quarta, 24, o adiamento do recolhimento de tributos para empresas do Simples Nacional.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, que desde o ano passado tem a função de coordenar o grupo de monitoramento dos impactos econômicos da covid-19, disse que o cenário econômico está sendo constantemente avaliado. Ele deixou o caminho aberto para novas ações para evitar demissões de trabalhadores e garantir acesso a crédito às empresas.

O anúncio foi feito no mesmo dia em que o País chegou à marca de 300 mil mortos pelo novo coronavírus. Até o momento, o governo não pediu ao Congresso Nacional nova decretação de calamidade. A recém-promulgada PEC emergencial prevê um relaxamento de regras fiscais quando é decretada calamidade nacional, justamente para o governo poder gastar e combater a tragédia. A equipe econômica, porém, tem manifestado preocupação com o quadro fiscal do País, com a dívida pública na casa dos 90% do PIB após gastos significativos contra a covid-19 em 2020.

'A capacidade de ter novos instrumentos não significa que vamos utilizá-los', disse Guarany, sobre decretar ou não nova calamidade. 'Vamos continuar analisando o cenário. É muito importante soltar as medidas de acordo com a necessidade delas. Assim como no ano passado, avaliaremos a cada momento se é necessário apertar um botão ou outro', afirmou o secretário.

Guarany disse que a equipe econômica tem ciência da urgência de outras medidas e afirmou que o governo tem trabalhado para destravá-las 'o mais rápido possível'. Segundo ele, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem feito reuniões diárias com os secretários para acompanhar a situação.

O primeiro anúncio desse novo 'cardápio' de medidas de ajuda é a suspensão da cobrança de tributos do Simples. A medida, aprovada hoje em reunião extraordinária do Comitê Gestor, alcança todos os tributos federais, estaduais e municipais recolhidos no âmbito do regime, e vale também para microempreendedores individuais (MEIs).

Segundo o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, serão adiados os tributos com pagamento previsto para abril, maio e junho. Nesses meses, as empresas do Simples ficarão livres de fazer o recolhimento, mas apenas de forma temporária. Os valores precisarão ser quitados em seis parcelas, de julho a dezembro de 2021. 'Três meses serão pagos em seis meses', disse Tostes.

O governo calcula que a medida poderá alcançar 17 milhões de contribuintes, sendo 11,8 milhões de MEIs e 5,2 milhões de empresas do Simples. O adiamento envolve R\$ 27,8 bilhões, mas o impacto é temporário, já que há previsão de ingresso desses recursos no segundo semestre do ano. A decisão do CG-Simples será publicada amanhã no Diário Oficial da União (DOU).

'Adotamos um importante medida de alívio, para dar fôlego a micro e pequenas empresas e condições de atravessar esse período mais crítico', afirmou Tostes. Segundo ele, o diferimento de tributos para empresas que não são do Simples está em estudo e será adotado, caso de mostre necessário. Ele lembrou, porém, que a **arrecadação** do mês de fevereiro foi recorde. Por isso, defendeu uma análise minuciosa do cenário e dos impactos econômicos da covid-19.

Programa de redução de jornada e salário vai ser próxima medida, diz secretário

Marcelo Guaranyts também acenou com a retomada do programa de redução de jornada e salário ou suspensão de contratos como próxima ação a ser adotada pelo

governo. Segundo ele, o auxílio emergencial a vulneráveis era uma prioridade, mas já foi destravado. Agora, um dos focos é o BEm, benefício emergencial pago a trabalhadores para compensar a perda salarial pelos acordos. 'Vem logo em seguida', disse Guaranyts.

As medidas de crédito para as empresas em dificuldade, por sua vez, devem ser anunciadas 'num futuro muito próximo', afirmou o secretário. Ele citou os 'próximos dias e semanas' como prazo para o anúncio dessas iniciativas. 'Sabemos da importância das medidas de crédito para as empresas', disse.

Outra medida relevante, segundo Guaranyts, é o programa que permite os acordos para manutenção de empregos. 'Estamos trabalhando para viabilizar BEm da melhor forma e com menor custo possível. Estamos discutindo sobre qual será o melhor desenho', disse o secretário, que não respondeu de forma objetiva se os recursos para o benefício serão destinados por meio de crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação).

Como mostrou o Estadão/Broadcast, o governo estima que a nova rodada de reduções de jornada e salário ou suspensões de contrato deva alcançar entre 2,7 milhões a 3 milhões de trabalhadores. Já o BEm deve custar entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões. Nos últimos dias, cresceu a possibilidade de bancar o custo do programa com crédito extraordinário, depois que a proposta de rever as regras permanentes do seguro-desemprego teve receptividade ruim dentro do próprio governo, devido ao temor de aumento do desemprego.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Receita adia pagamento de impostos para MEIs e pequenas empresas

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Receita Federal anunciou adiamento por três meses do pagamento de impostos de micro e pequenas empresas e de microempreendedo-

res individuais (MEIs) que fazem parte do Simples Nacional. A medida, anunciada ontem, visa ajudar os pequenos negócios neste momento de recrudescimento da pandemia da Covid-19.

De acordo com o secretário da Receita Federal, José

Tostes Neto, o comitê gestor do Simples Nacional aprovou o diferimento dos tributos para os meses de abril, maio e junho. Eles serão postergados para pagamento a partir de julho, em seis parcelas.

O secretário explicou que

o objetivo é dar fôlego para essas empresas, que representam parcela relevante na geração de emprego. A estimativa é que a medida alcance 17 milhões de contribuintes. A postergação do pagamento desses tributos representa um montante de

R\$ 27,8 bilhões.

O diferimento de impostos já havia sido adotado no ano passado, quando o governo postergou o pagamento de tributos por quatro meses. A avaliação é que em 2021 há mais perspectivas para a economia, o que

permite a adoção do alívio para o bolso do empresário por um período menor.

— Neste ano, temos uma perspectiva concreta, que é de chegada de contingente bastante expressivo de vacinas, o que nos permitirá avançar para uma imunização muito ampla, garantindo recuperação mais rápida e retorno ao trabalho — comentou Tostes.

Atraso no Censo vai prejudicar repasse de recursos a municípios

Fator populacional é crucial para determinar percentual do Fundo de Participação. Sem pesquisa, congelamento continua

FERNANDA TEISOTTO
ferranda.teisotto@oglobo.com.br

A falta de recursos para a realização do Censo pode prolongar o período no qual os critérios de repasses para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ficaria congelado. Em 2020, os municípios brasileiros receberam R\$ 86,655 bilhões de repasses por meio do FPM, e a distribuição do dinheiro é determinada principalmente pelo fator populacional.

Uma lei complementar, aprovada em 2019, interrompeu a atualização dos coeficientes usados nesses cálculos até que houvesse um novo Censo. Sem o novo levantamento, há um desequilíbrio na transferência, pois cidades que tiveram aumento de população recebem valores inferiores aos que seriam devidos, en-

quanto aquelas que encolheram ganham mais.

Para Humberto Dantas, cientista político do Centro de Liderança Pública (CLP), a existência de uma lei para congelar os coeficientes usados para calcular os repasses já indica como as políticas públicas estão "navegando no escuro". O corte de recursos proposto na Comissão Mista de Orçamento (CMO), diz, mostra como o Censo é considerado pouco estratégico:

— Existe uma distância abissal entre não fazer o Censo por questões sanitárias e não fazer por falta de recursos, e não perceber que isso é estratégico para o país.

André Luiz Marques, coordenador executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, lembra que um dos efeitos diretos do Censo é atender a esses dispositivos que têm requi-

sitos demográficos para a distribuição de recursos. A atualização da pesquisa vai mexer com os repasses e afetar municípios tanto positivamente, com ganho de recursos para aqueles cuja população aumentou, quanto negativamente, com diminuição dos repasses para aqueles que encolheram.

— É menos pela função de chegar mais dinheiro, mas para que seja uma distribuição mais igualitária, mais próxima da realidade do dia a dia, e não de uma realidade que acontecia há dez anos — diz Marques.

AVALIAR DANOS DA PANDEMIA

Sem um novo Censo — e sem a atualização da contagem populacional, que não foi realizada em 2015 por restrições orçamentárias —, o Tribunal de Contas da União (TCU) está usando os coeficientes de distribuição do



Com máscaras, os pesquisadores do Censo já vêm se preparando para fazer a coleta seguindo protocolos sanitários

FPM do exercício de 2018, para seguir a legislação.

Uma nota técnica da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta o impacto dessa manutenção para o rateio de recursos em 2021. Segundo a CNM, mais de 28% (1.569) dos municípios do país viram sua população diminuir sem sofrer alteração nos coeficientes que determinam os repasses do fundo de participação, por causa dessa lei. O principal impacto é nas cidades de pequeno e médio porte.

Na avaliação de Gilberto Perre, secretário executivo

da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), é preciso rediscutir de maneira mais ampla os critérios de rateio do fundo de participação. Ele ressalta, porém, que a não realização do Censo por corte orçamentário seria ainda mais prejudicial para o processo:

— O Censo dá a diretriz de planejamento da política pública. O país não pode abrir mão. É uma economia que não faz sentido, é barra. Como um prefeito vai planejar a abertura de uma escola, de um hospital?

O corte de R\$ 1,7 bilhão das verbas do Censo já re-

percutiu no meio político. Na abertura da reunião da CMO realizada ontem, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) anunciou que apresentou um destaque pedindo a recomposição do orçamento da pesquisa:

— Esse é o Censo mais importante do século, porque ele será feito diante de uma pandemia, e só através do Censo nós poderemos enxergar os enormes danos provocados pela pandemia em um país cheio de desigualdades.

A deputada Margarete Coelho (PP-PI) apoiou o pedido do colega e defendeu a realização da pesquisa.

Governadores pedem que auxílio seja de R\$ 600

Em carta ao Congresso, mandatários de 16 estados ressaltam momento grave da pandemia para justificar aumento do valor, entre R\$ 150 e R\$ 375. Mulheres terão prioridade na hora de estabelecer o beneficiário

RENATA MARIZ E GERALDA DOCA
economiza@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Governadores de 16 estados divulgaram carta ontem para pressionar o Congresso Nacional a aumentar o valor do auxílio emergencial para R\$ 600, como no ano passado. Segundo o grupo, o momento atual da pandemia exige que o Poder Público garanta a segurança de renda à população, junto com as medidas de distanciamento social.

“Diariamente, vemos recorde de mortes, lotação de leitos hospitalares, ameaça de falta de medicamentos e esgotamento das equipes de saúde. O calendário nacional de vacinação e a obtenção de novas doses de imunizantes contra a Covid-19 estão mais lentos do que

precisamos para reverter esse quadro. Agir contra esse cenário requer medidas sanitárias e garantia de uma renda emergencial”, afirmaram os governadores na nota, divulgada no dia em que o país ultrapassou a marca dos 300 mil mortos.

“Neste momento, defendemos auxílio emergencial de R\$ 600, com os mesmos critérios de acesso de 2020”, completaram.

Entre os signatários do texto, há representantes de todas as regiões do país, incluindo os governos de São Paulo, Piauí e Paraná.

Para aumentar o valor dos repasses, o Legislativo precisaria ampliar o limite de R\$ 44 bilhões, estabelecido na proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada neste mês, para permitir que o programa não fique li-



Emergencial. Fila para pagamento do auxílio no ano passado: critérios agora serão diferentes, e valor será menor

mitado às regras fiscais como o teto de gastos e o resultado das contas públicas.

Também seria preciso alterar o texto da medida provisória (MP) que estabelece os valores do benefício.

A MP entrou em vigor imediatamente, mas pode ser alterada em até quatro meses por deputados federais e senadores. A estratégia do governo é deixar que o texto perca a validade sem ser

analisado pelos parlamentares, para que as regras não sejam alteradas.

Com o auxílio no formato aprovado, as mulheres terão prioridade na nova rodada do benefício, no caso de este ser

solicitado por mais de uma pessoa da família. Este ano, apenas uma pessoa de cada família vai receber o benefício.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Segundo um técnico do governo, o decreto que vai regulamentar a MP trará critérios de desempate quando mais de uma pessoa da família for considerada elegível. Entre um homem e uma mulher, a prioridade será da mulher, principalmente com crianças. Entre duas mulheres, a preferência é da mais velha. Se elas tiverem a mesma idade, a escolha será por ordem alfabética.

Mulheres chefes de família vão receber R\$ 375, e quem mora sozinho, R\$ 150. O decreto deve ser publicado ainda esta semana. O pagamento deve começar em abril.

STF deve decidir na sexta sobre ICMS na extração do petróleo

Três ministros já votaram pela inconstitucionalidade da cobrança no Rio



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
AVISO – ERRATA Nº 01/2021
EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2020

OBJETO: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Comissão de Licitação para concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário e dos serviços complementares dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro torna pública a Errata nº 01/2021, ao Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020, cuja íntegra encontra-se no sítio eletrônico <http://www.concessaosaneamento.rj.gov.br/index.php>.

As alterações promovidas não impactam os critérios de habilitação, tampouco os critérios para apresentação da proposta comercial, permanecendo inalterados os prazos estipulados no item 25 do EDITAL.

BRUNO ROSA
bruno.rosa@globo.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve finalizar amanhã o julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que contesta o direito do Estado do Rio de cobrar ICMS sobre a extração de petróleo. Ação foi ajuizada pela Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Abep) em fevereiro de 2016.

O julgamento virtual do STF começou na sexta-feira

passada. Até a noite de ontem, três dos onze ministros já haviam se manifestado. Dias Toffoli, Marco Aurélio Mello e Luís Roberto Barroso votaram pela inconstitucionalidade da cobrança do ICMS pelo Estado do Rio na atividade de exploração de petróleo. Os outros ministros do STF devem dar seu parecer até amanhã.

'INVIABILIZARIA A ATIVIDADE'
O entendimento dos ministros, endossado por especialistas do setor, é que não há transferência durante o processo de extração que justifique a incidência do ICMS. Advogados ouvidos pelo GLOBO explicam que é grande a chance de todos os ministros do STF julgarem como inconstitucional a lei aprovada no Rio em 2015, que prevê ICMS na "operação de circu-

lação de petróleo do poço para a concessionária".

Leonardo Martins, sócio da área tributária do Machado Meyer Advogados, lembra que já há pareceres a favor da inconstitucionalidade da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da República (PGR). Martins lembrou que, apesar de a lei ser de 2015, diversas petroleiras entraram com ações no Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ). Com isso, na prática, o ICMS nunca foi cobrado.

— Há entendimentos no TJ do Rio de que a cobrança é ilegal. Se a lei estivesse valendo, isso iria inviabilizar a atividade de petróleo no Rio, pois esse tipo de custo não foi previsto pelas empresas na hora da aquisição do campo — disse Martins.

Thiago Sarraf, especialis-

ta em direito tributário do Nelson Wilians Advogados, concorda com a avaliação de inconstitucionalidade:

— Petróleo é um recurso natural e não pode ser conceituado como mercadoria. Além disso, o ICMS é exigido sobre circulação de mercadorias ou prestação de serviços. A extração do petróleo não é um serviço de transporte interestadual ou intermunicipal.

Bruno Zaroni, sócio-fundador do Zaroni Advogados, ressalta que o fato gerador de ICMS é a operação de circulação do óleo, não a extração propriamente dita:

— O estado só pode legislar sobre operações de circulação, mas nesse caso é extração.

Para Igor Mauler Santiago, advogado tributarista e sócio de Mauler Advogados, a inconstitucionalidade do tributo é flagrante.



PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

NOVO CAPÍTULO

Relator da proposta quer mudar modelo de venda da estatal, o que pode adiar processo

MANDEL VENTURA
 mandel.ventura@folha.com.br
 São Paulo

Relator da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) avalia mudar completamente o modelo proposto pelo governo para a venda da estatal, o que assustou o mercado financeiro e investidores interessados na proposta. Técnicos dos ministérios da Economia e de Minas e Energia alertam que a adoção de um novo formato pode adiar a privatização para depois de 2022.

Nascimento teve uma série de reuniões nos últimos dias com gestores, investidores e integrantes da equipe econômica. Nos encontros, todos reservados, o deputado disse que iria propor um modelo alternativo. Uma das ideias dele é faturar a estatal ou vendê-la inteira para um só comprador ou para um grupo de compradores. Depois da sinalização, o governo correu para tentar convencer o deputado a manter a proposta original.

A proposta do relator vai contra o modelo que vem sendo negociado desde 2018, ainda durante o governo Michel Temer. A MP propõe uma capitalização na Bolsa de Valores como forma de a União perder o controle da estatal. A empresa seria transformada numa corporação sem controlador definido. Esse é o modelo de administração de grandes empresas de energia no mundo.

DIVISÃO EM DUAS

De todo o dinheiro arrecadado com a capitalização, cerca de R\$ 25 bilhões ficariam nos cofres do Tesouro; outros R\$ 25 bilhões seriam destinados para reduzir as contas de luz; e R\$ 8,75 bilhões iriam para projetos de revitalização de bacias hidrográficas por uma década. A transferência de recursos durante dez anos para a Amazônia, o Rio São Francisco e para rios sob a influência de Furnas (subsidiária da Eletrobras com forte atuação em Minas Gerais) foi negociada pelo governo durante meses para



Usina de Itaipu. Como rio pode ser privatizado, hidrelétrica permaneceria como estatal. As subsidiárias como Furnas e Eletronorte seriam vendidas juntas ou separadas

AS DIFERENÇAS ENTRE OS PROJETOS

MODELO DE VENDA

Proposta do governo. Capitalização com diluição da participação de governo a menos de 50%. A empresa seria transformada numa corporação sem controlador definido.

Proposta do relator. Venda da empresa inteira ou por subsidiárias separadamente, sem capitalização.

ARRECADAÇÃO

Proposta do governo. Do dinheiro arrecadado com a capitalização, cerca de R\$ 25 bilhões ficariam nos cofres do Tesouro; outros R\$ 25 bilhões seriam destinados para reduzir as contas de luz; e mais R\$ 8,75 bilhões iriam para projetos de revitalização de bacias hidrográficas por uma década.

Proposta do relator. "Centenas

de bilhões", nas palavras do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), ou mais de R\$ 150 bilhões.

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO

Proposta do governo. O projeto entregue ao Congresso prevê que a União ainda ficaria com uma fatia de cerca de 40% na empresa após a capitalização.

Proposta do relator. Não prevê

que o governo mantenha participação na empresa, ou seja, ela seria vendida integralmente, o que explica a arrecadação maior.

PRAZO

Proposta do governo. Operação concluída em fevereiro de 2022.

Proposta do relator. Não há prazo. Investidores temem que fique para 2023.

garantir e apoio de deputados do Norte, Nordeste e de Minas Gerais à privatização.

Nas conversas com os investidores, o deputado Elmar Nascimento tem falado em dividir a empresa em duas. Uma parte permaneceria como estatal e reuniria a hidrelétrica Itaipu, na divisa com o Paraguai, e as usinas nucleares localizadas em Angra dos

Reis — em ambos os casos, as usinas não podem ser privatizadas. A outra parte seria composta por subsidiárias como Furnas, Eletronorte e Chesf. Elas seriam vendidas juntas ou separadas, o que ainda não estaria definido.

Nos encontros, Nascimento tem falado em números muito maiores do que os apontados pelo governo, na

casas de centenas de bilhões, com a venda de ativos para "investidores estratégicos".

O mercado avalia que esse montante não é realista e que a empresa perderia valor com o latamente. Também foi destacado que a Eletrobras é uma holding de capital aberto e retirar ativos dessa empresa vai reduzir o seu valor e afastar investidores.

Os investidores têm ressaltado que o modelo do governo é discutido há mais de dois anos e uma mudança brusca agora faria atrasar ainda mais o processo. Um gestor levantou o temor de o modelo proposto não ser assimilado pelos deputados e senadores. Sobre isso, Nascimento respondeu nas reuniões que precisaria obter um acordo com os parlamen-

tares e que poderia levar o modelo para análise do presidente Jair Bolsonaro.

CONTROLE DE MERCADO

Para o professor da UFRJ Nilvalde de Castro, apenas investidores chineses teriam dinheiro e interesse em comprar a empresa unificada. Além disso, ele afirma que seria arriscado vender a empresa em bloco para um só comprador:

—O problema é que a Eletrobras tem um peso muito grande na transmissão e na geração de energia. Ter uma empresa desse tamanho privatizada para um só comprador pode criar um problema de controle de mercado. Vender em bloco é praticamente passar para chinês. Seria o único com recurso e visão de investimentos de longo prazo.

Os ministérios da Economia e de Minas e Energia (MME) têm trabalhado para concluir o processo em 2022. Reservadamente, técnicos das duas pastas avaliam que uma mudança no modelo poderia empurrar a privatização para depois de 2022. Além disso, o BNDES já está tocando os estudos para a capitalização da Eletrobras com base no modelo da MP. Uma mudança agora iria obrigar uma nova análise por parte do banco.

Os técnicos também ressaltam que o faturamento tirava valor da empresa e que seria muito difícil encontrar compradores para cada empresa separadamente. Além disso, vender fatiado poderia abrir espaço para um determinado país comprar uma operação como Furnas — argumento que costuma sensibilizar políticos.

Procurado, o MME disse que está "conversando e esclarecendo todas as dúvidas do relator". O ministério da Economia não respondeu.

As movimentações do deputado ocorrem num momento em que a Eletrobras tem um comando interino, após a renúncia de Wilson Ferreira. O governo não indicou até agora o novo nome para a presidência da estatal. A Eletrobras contratou um headhunter para escolher o CEO, mas a decisão final será do Palácio do Planalto.

Congresso busca sobra de abono para R\$ 16 bi em obras

Negociação visa aumentar as emendas parlamentares. Cortes em Previdência e investimentos de militares também seriam usados

NATÁLIA PORTINARI
 e GERALDA DOCA
 sobre o artigo sobre o
 Brasil

Deputados e senadores trabalham para engordar a previsão das pastas dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) no Orçamento de 2021 e garantir a execução de emendas parlamentares para

suas bases eleitorais. O ajuste deve levar a um aumento de mais de R\$ 16 bilhões em obras. O relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), deve cortar nas despesas com a Previdência e em investimentos do Ministério da Defesa, além de usar a sobra prevista com o atraso do abono salarial.

Uma mudança no calendário de pagamento do abono foi aprovada pelo Conselho Deliberativo

do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Cofeat) ontem sob o argumento do governo de que a medida abriria espaço de R\$ 7,4 bilhões para renovar o programa de manutenção de empregos, com redução salarial e suspensão dos contratos. Com o direcionamento da folga para ampliar emendas, restará ao governo editar crédito extraordinário para bancar o programa, deixando as despesas

fora do teto de gastos. Furtos do Cofeat ameaçam derrubar a própria decisão se o governo usar o dinheiro dos trabalhadores para obras.

Segundo fontes que participam da negociação, deve ser cortada ainda uma parte do Orçamento de investimentos do Ministério da Defesa, hoje em R\$ 8,32 bilhões, valor maior que os R\$ 7,5 bilhões liberados no ano passado. Além dis-

so, outro remanejamento para aumentar as emendas viria da redução dos recursos para benefícios previdenciários, com a alegação de que houve sobra em 2020 por causa da reforma da Previdência.

Essa sobra foi de R\$ 8 bilhões. No entanto, o governo terá que gastar neste ano mais R\$ 8,3 bilhões em relação ao orçamento inicial por causa do aumento maior do

salário mínimo e dos demais benefícios por causa da alta na inflação. O problema de usar os recursos da Previdência para fechar a conta é que, se o governo precisar gastar mais nessa área, conforme previsto, terá que bloquear o pagamento das emendas.

As mudanças de última hora são para acomodar o Orçamento de "emendas a relator" prometidas a deputados e senadores. A previsão era votar a proposta orçamentária ontem, mas os parlamentares queriam mais R\$ 16,5 bilhões. No relatório inicial, Bittar destinou R\$ 3 bilhões a esse tipo de emenda.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineisa@grupofolha.com.br

Imunizante

Anfitrião do encontro que reuniu nesta semana nomes como Abílio Diniz, Flavio Rocha e Luiz Carlos Trabuco com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, o empresário Washington Cinel diz que o foco do setor privado agora é vacinar os funcionários. Ele defende ideia semelhante à da dupla Luciano Hang e Carlos Wizard, mas seria preciso alterar a lei que permite aos empresários comprar vacinas desde que as doses sejam doadas ao SUS.

FILA "O que nós não queremos é ir para o plano de vacinação. Queremos vacinar direto. Esse é o objetivo, porque, se vai para o plano, afentra na burocracia novamente. O grande lance é a gente começar a vacinar, porque o objetivo é vacinar. Tudo é muito moroso. O objetivo é acelerar isso", diz Cinel, que tem negócios em diferentes setores como Gocl, de segurança, e Brot Legal, de alimentos.

LUPA Para Cinel, a escassez não seria um problema. "Não é que não tem vacina. O objetivo é deixar a gente procurar. Eu tenho condições de pegar dois ou três empresários e trazer um bom número de vacinas, para os funcionários, familiares deles e outras coisas mais. Agora, a gente fica: não tem vacina! Ai atrás. É liberar para que a gente possa agir", ele afirma.

PONTE Cinel é um empresário que tem, ao mesmo tempo, o diálogo próximo com a elite do setor privado e um acesso a grandes nomes da política, como Bolsonaro e Doria. Depois de assistir o pronunciamento do presidente nesta terça-feira (23), avaliou que ele está se enquadrando.

MENSAGEM "Eu acho, ele está encaixando no plano nacional. Acho que é o mínimo que tem de ser feito. Agora, todos nós, independente mente de partido, ideologia, direita, temos de buscar vacinar a população e passar a regua nisso. A partir do momento em que a gente vacina, as coisas voltam ao normal. Está todo mundo imbuído dessa solução. É o mais importante", diz.

PUXÃO DE ORELHA A Unec (União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços) e a Frente Parlamentar do Comércio assinaram uma carta aberta para enviar a Bolsonaro pedindo ações de socorro urgentes e correção de rumos do país na pandemia. Fazem parte da entidade associações como Abrasce (shoppings), CNDL (lojistas) e Anamaco (material de construção).

UTI Pedem gabinete de crise nacional, expansão de leitos, agilidade na vacina. Fiscalização, campanha do Ministério da Saúde e outras correções.

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

INDICADORES

Table with financial indicators: JUROS, IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, ASSALARIADO. Includes sub-tables for Cheque especial, Empréstimo pessoal, Autônomo/empregador/facultativo, and Assalariado.

Governo adia R\$ 27,8 bi em tributos de empresas por avanço da pandemia

Optantes do Simples e MEIs poderão pagar a partir de julho impostos que venceriam de abril a junho; Receita não descarta adiar prazo do IR

Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo anunciou nesta quarta-feira (24) que vai adiar a cobrança de R\$ 27,8 bilhões em impostos que deveriam ser pagos entre abril e junho por empresas optantes do Simples Nacional e microempreendedores individuais. A cobrança dos tributos adiados será feita de forma parcelada em seis vezes, de julho a dezembro. O objetivo é proporcionar um alívio financeiro para empresários no momento em que a pandemia bate recordes de óbitos no país e medidas de restrição de atividades são intensificadas por governadores e prefeitos.

José Barroso Tostes Neto, secretário especial da Receita Federal, disse que a medida deve alcançar 17 milhões de contribuintes. "É um fôlego para atravessar este momento mais crítico em que os impactos da pandemia se fazem sentir principalmente nos negócios que estão fechados e sem possibilidade de receitas".

O Simples é um sistema que permite o pagamento unificado de tributos federais, estaduais e municipais pelas micro e pequenas empresas.

Estão incluídos no conjunto os tributos federais IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS/Pasep e a contribuição previdenciária patronal, além do estadual Icms e do municipal ISS.

A medida passou pela aprovação do comitê gestor do Simples, formado também por representantes estaduais e municipais, e é mais enxuta que o adiantamento adotado em abril de 2020.

A época, foram postergados PIS/Pasep, Cofins e contribuição patronal para a Previdência.

cia. Em conjunto, o adiantamento dessas contribuições em 2020 envolvia cerca de R\$ 80 bilhões. Posteriormente, outras iniciativas foram adotadas pela Receita no ano passado. Tostes afirmou que o menor tamanho do anúncio agora se deve à perspectiva de imunização da população e à consequente retomada da atividade esperada pela pasta. Segundo ele, o número de vacinas previsto para os próximos meses permite um retorno rápido à normalidade econômica.

"O que nos levou a fazer diferente é que, no ano passado, não havia perspectiva de curto prazo de uma solução para o problema da pandemia, uma vez que aquela altura não tínhamos perspectiva concreta de vacinar a população. Neste ano, estamos com uma perspectiva concreta".

Mesmo assim, Tostes disse que as medidas de socorro podem ser ampliadas e entendidas a mais empresas caso o cenário assim demande. Todo o cardápio de medidas adotadas no ano passado é estudado, como o adiantamento da cobrança do FGTS por parte das empresas.

Também é considerada a prorrogação do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, hoje em 30 de abril. Mas, nesse caso, a necessidade é vista como menor, pois os números monitorados não indicam impacto da pandemia no ritmo de entregas até agora.

"Todas as medidas estão sendo estudadas conforme a evolução dos cenários, impactos que forem sendo observados em termos de paralisações, fechamentos e dificuldades. Tudo isso é objeto

INSS LIBERA BENEFICÍO A IDOSO QUE MORA COM APOSENTADO QUE GANHA MÍNIMO
O INSS publicou portaria que desconsidera valores de benefícios previdenciários de até um salário mínimo de renda familiar para a concessão do BPC/Loas (Benefício de Prestação Continuada) para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência. O BPC também tem o valor de um salário mínimo e só pode ser concedido a famílias cuja renda mensal por pessoa é de até 25% do mínimo.

A partir de agora esse cálculo não vai considerar aposentadorias, pensões por morte e auxílios-doença, entre outros benefícios, cujos valores estão limitados ao piso salarial do país.

Conforme mostrou a folha, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defende a medida, mas a equipe econômica é contra. O ministério pretende adotar um tom de colaboração com o senador, mas ao mesmo tempo mostrar a ele que as regras atuais são melhores que um novo Refis.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guimarães, afirma que a preocupação da pasta voltou a se concentrar nas medidas anticrise da Covid-19. "Passada a primeira onda, voltamos a discutir medidas de reformas e vimos uma recuperação em V muito decorrente das medidas acertadas e da manutenção das reformas", disse Guimarães. "Neste ano, vimos de novo o aumento de contaminações e de óbitos e nos voltamos novamente às medidas de mitigação dos impactos econômicos".

Tributação de resgate de VGBL no Imposto de Renda depende da opção do contribuinte

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

SÃO PAULO Quem resgata VGBL precisa declarar de acordo com as informações prestadas pela instituição financeira responsável. A taxa de juros dos valores resgatados depende da escolha feita pelo contribuinte no momento da aplicação: pode ser tributação na declaração ou exclusiva/definitiva na fonte. Veja essa e outras dúvidas sobre o Imposto de Renda deste ano.

16 - Meu pai resgatou VGBL em 2020 e pagou IR na fonte. No informe de rendimentos do banco, consta que ele deve declarar os cotributivos. É isso mesmo? (S.R.K.). O VGBL é um plano de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, e o valor das contribuições não é dedutível na declaração. No recebimento, tributa-se a diferença entre o valor recebido e o valor aplicado, sendo adotado o regime de tributação conforme a opção do contribuinte. Os rendimentos e o Imposto de Renda na fonte devem ser informados de acordo com o Compromissário de Rendimentos fornecido pela instituição financeira responsável. Também informe na ficha Bens e Direitos - código 09 o saldo da aplicação em Situação em 31/12/2019 e Situação em 31/12/2020.

17 - Saquei VGBL e investi em poupança. Por já ter tido retenção de 15% na fonte terei nova taxa agora? (V.O.). Informe os rendimentos e o IR sobre o resgate do VGBL de acordo com o Compromissário de Rendimentos fornecido pela instituição financeira responsável, pois lá estarão especificados o tipo de VGBL contratado e o regime de tributação adotado (rendimentos tributáveis ou sujeitos à tributação exclusiva/definitiva). O programa calculará se ainda há IR a pagar.

18 - Ex-casal, comunhão parcial de bens, financiou, durante o casamento, apartamento em nome dele (informado na declaração dele) e compromissário em nome da (informada na declaração dela). O processo de divórcio começou em outubro de 2019. No acordo judicial consta que ele devolve R\$ 35 mil, em parcelas (parte dele no financiamento do imóvel). O pagamento das parcelas começou em janeiro de 2020, e a homologação do processo ocorreu em maio. Na declaração dela, na ficha Bens e Direitos (código 99), informe o valor recebido até o momento e mantive o lançamento da moto, sem alteração. Na dele, na ficha Dívidas e Ônus Reais - código 14, informe o valor pago até o momento. Em Bens e Direitos, mantive o financiamento, sem alteração. Preciso fazer mais algum lançamento? (M.R.). Também informe na declaração dela, na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - código 19, o valor recebido decorrente da meação da partilha. Na ficha Bens e Direitos da declaração dele, informe a redução no valor dos bens, em virtude da transferência por meação.

SAIBA MAIS SOBRE O IR folha.com/ir2021

Perguntas devem ser enviadas para o e-mail: tributacao@grupofolha.com.br. A Folha publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores.

19 - Meus pais são meus dependentes e não têm renda. Receberam o auxílio emergencial. Mesmo eles não tendo renda, mas por estarem como meus dependentes, têm de devolver o auxílio recebido? A devolução já é descontada do valor a restituí? (S.N.). O auxílio terá de ser devolvido somente se a soma dos seus rendimentos tributáveis (titular) mais a deles (dependentes) superar R\$ 22.847,76. Nesse caso, o valor do auxílio a ser devolvido não será abetido da restituição. Após a transmissão da declaração, clique em "Imprimir Darf" - Devolução do Auxílio Emergencial e faça o pagamento.

20 - Morei fora do país nos últimos cinco anos e durante esse tempo não precisei declarar. Tinha uma dívida que preservei. Tenho de declarar lá? (L.A.C.). Na ficha Dívidas e Ônus Reais, em Situação em 31/12/2020, informe o valor R\$ 0,00. Na coluna Discriminação, informe o motivo da baixa da dívida.

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras lidas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas pela lista de companhias listadas sob a nossa responsabilidade e emitidas pelo BDO em 18 de março de 2021, em relação a competência de 2020, foram revisadas e emitidas pelo BDO em conformidade com o Regulamento de Auditoria emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Resolução da Administração de 2019. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras são o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas informações e pelo cumprimento do Regulamento de Auditoria emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Resolução da Administração de 2019. Nossa responsabilidade é emitir um parecer independente sobre as demonstrações financeiras lidas em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho das operações e os seus fluxos de caixa para o exercício final naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais questões significativas, incluindo o resumo da principal política contábil.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras refletem com justiça e imparcialidade, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício final naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Risco para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, inclui obter evidência suficiente e adequada para apoiar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os requisitos éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos as demais regras aplicáveis de acordo com essas normas. Adotamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ética

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 15, as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com seu acionista, O Governo do Estado de São Paulo. Desta forma, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido em operações com partes não relacionadas. Nossa opinião não está baseada em função desse aspecto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não representam uma opinião separada sobre esses assuntos.

Direitos creditórios e emissão dos debêntures

Como nossa auditoria trata o assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria para obter evidências suficientes e adequadas para apoiar a nossa opinião sobre os direitos creditórios e a emissão dos debêntures:

- Realizamos testes de amostragem sobre os registros contábeis relativos aos direitos creditórios e a emissão dos debêntures, incluindo a verificação dos registros contábeis dos direitos creditórios e dos debêntures de acordo com suas respectivas características e termos contratuais.
- Verificamos a existência dos direitos creditórios e dos debêntures de acordo com seus respectivos registros e fatos originais.
- Comparamos os registros contábeis dos direitos creditórios e dos debêntures com os registros contábeis das subsidiárias.
- Comparamos os registros contábeis dos direitos creditórios e dos debêntures com os registros contábeis das subsidiárias.
- Análise e condições das estruturas de debêntures emitidas.
- Análise da documentação de suporte dos direitos creditórios e dos debêntures.

Além disso, realizamos testes de amostragem sobre os registros contábeis relativos aos direitos creditórios e a emissão dos debêntures, incluindo a verificação dos registros contábeis dos direitos creditórios e dos debêntures de acordo com suas respectivas características e termos contratuais.

Assim, quando os registros contábeis mostram dúvidas quanto à sua exatidão, realizamos testes de amostragem para confirmar a exatidão dos registros contábeis e a emissão dos debêntures.

Diversos procedimentos de auditoria, a serem realizados em relação aos direitos creditórios e a emissão dos debêntures, foram realizados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os resultados de tais procedimentos foram utilizados na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras lidas em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício final naquela data.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício final em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria realizados em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, analisamos as demonstrações do valor adicionado em conformidade com as demonstrações financeiras e registros contábeis, contábil, aplicado, e se a sua forma de contabilidade de acordo com o artigo 2º do Regulamento Técnico CPC 06 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Regulamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras lidas em conjunto.



Ônibus no terminal Parque Dom Pedro, em SP, durante paralisação no 'dia de lockdown nacional', organizado por centrais sindicais, em prol de mais auxílio e vacinação. Danilo Verpa/Folhapress

Governadores de 16 estados pedem que auxílio emergencial vá a R\$ 600

Valor padrão da nova rodada é de R\$ 250; mandatários pedem responsabilidade fiscal para depois

Thiago Resende

BRÁSILIA Governadores de 16 estados assinaram carta à cúpula do Congresso pedindo que o valor do auxílio emergencial neste ano seja de R\$ 600 por mês. Portanto, mais alto do que o presidente Jair Bolsonaro prevê pagar.

“É importante entender o esforço de mitigação da crise atual para os mais vulneráveis como extraordinário e temporário”, diz o texto.

Assinar a carta os nove governadores do Nordeste, além dos mandatários de Amapá, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. A lista, portanto, inclui políticos próximos de Bolsonaro, como o governador Ratinho Júnior (Paraná).

Na semana passada, o governo editou duas MP’s (medidas provisórias) que liberam a nova rodada do auxílio emergencial. Neste ano, o orçamento do programa é menor e o valor das parcelas será mais baixo do que a assistência paga em 2020.

O valor padrão do benefício

será de R\$ 250, mas o pagamento não será o mesmo para os 45,6 milhões de beneficiários estimados pelo governo.

O pagamento vai depender da composição familiar. Para mulheres chefes de família, o valor será de R\$ 375. Pessoas que vivem sozinhas receberão R\$ 150 por mês.

“Entendemos que a redução dos valores do auxílio emergencial é inadequada para a eficácia da proteção da população. Enquanto a vacinação não acontecer em massa, precisamos garantir renda para a população mais vulnerável”, afirmam os governadores.

Na carta, eles fazem a avaliação de que o ritmo de vacinação está lento. “Temos o cenário dramático de quase 300 mil vidas perdidas. Diariamente, vemos recorde de mortes, lotação de leitos hospitalares, ameaça de falta de medicamentos e esgotamento das equipes de saúde.”

O governo conseguiu aprovar no Congresso uma travá de R\$ 44 bilhões para o custo da nova rodada do auxílio em 2021. Isso coloca limites à cobertura do programa num mo-

mento de auge da pandemia.

Um dos argumentos é que, no ano passado, o país gastou muito e, por isso, precisou se endividar bastante. Assim, o Ministério da Economia quer limitar as despesas em 2021.

Na carta, os governadores dizem que entendem a importância de o Brasil não se desviar de seu compromisso com a responsabilidade fiscal, mas defendem que isso seja feito no futuro, deixando espaço agora para a assistência aos mais vulneráveis.

Conforme mostrou a Folha, com o agravamento da pandemia, a equipe econômica passou a reconhecer nos bastidores a possibilidade de decretação de estado de calamidade pública neste ano caso a pandemia de coronavírus seja em situação crítica nos próximos meses, com elevado número de mortes e medidas restritivas nas cidades.

Isso abriria caminho para expandir os gastos com a pandemia, inclusive com o auxílio emergencial.

Por serem medidas provisórias, os atos que lançaram o novo auxílio emergencial em 2021 entram em vigor imediatamente, mas precisam do aval do Congresso em 22 dias. Cabe ao Congresso modificar as regras do programa ou manter o proposto por Bolsonaro.

Aliados do presidente avaliam a estratégia de evitar que essa proposta seja votada na Câmara e no Senado, pois, quando as MP’s perderem a validade, a nova rodada prevista para quatro meses — já estaria concluída e paga no valor padrão de R\$ 250 de fendido pelo governo.

‘Dia de lockdown’ tem paralisações em terminais de ônibus

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Trabalhadores do transporte coletivo realizaram nesta quarta-feira (24) protestos e paralisações em terminais de ônibus e metrô em diversas cidades.

As manifestações integram o ‘dia de lockdown nacional’

para todos! Renda emergencial de R\$ 600 até o fim!”.

Segundo a CNTTL (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística), houve registro de adesão ao movimento entre os rodoviários do transporte subterrâneo de Sorocaba e também nos terminais da Vila Régia e em Mairingui, e em Guarulhos (SP).

A entidade diz ainda ter registrado paralisações em Salvador (BA), onde o sindicato dos rodoviários metropolitanos ofereceu café da manhã aos trabalhadores, e em Natal (RN). Nessas cidades, segundo a CNTTL, houve paralisações das atividades em dois momentos do dia, entre as 6h e as 13h e, depois, entre as 16h e as 19h.

Pela manhã, os dirigentes das centrais participaram de uma transmissão pela internet, em que discutiram a pauta do ‘dia de lockdown’ e defenderam a necessidade de os governos definirem estratégias de defesa do emprego e de proteção às empresas.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, também participou da transmissão, como representante do fórum de gestores estaduais. Para ela, a retomada do pagamento do auxílio emergencial é fundamental para conter as contaminações.

Para os sindicatos, sem uma contrapartida financeira, trabalhadores sem emprego e sem renda não terão condições de adotar quarentenas voluntárias.

BDO
BDO HCS Auditoria Independente S.S.
CRC 2 SP 0120390-8

Paulo Sérgio Barreiros
Contador CRC 2 SP 0120390-8

São Paulo, 18 de março de 2021.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 25/03/2021	Caderno: Economia



Banco do Brasil ajudará Estados e municípios a cobrar tributos via PIX

André Ítalo Rocha

25 de fevereiro de 2021 | 05h01

Crédito da foto: Nilton Fukuda/Estadão

O Pix, que já é usado pelo governo federal para facilitar o pagamento de impostos federais, começa a avançar também para Estados e municípios. Alguns deles, como o Estado de São Paulo, têm se preparado para incluir o Pix como uma alternativa para o recolhimento de tributos locais, como o ICMS (estadual) e o IPTU (municipal), por meio de uma solução desenvolvida pelo Banco do Brasil.

Instantâneo. A solução do banco permite que o contribuinte faça a quitação do tributo através de um QR Code, que pode ser pago através do aplicativo de qualquer instituição financeira que tenha o Pix, não apenas pelo BB. Além de São Paulo, estão em fase de integração à tecnologia os estados do PiauÍ e do Acre. Entre os municípios, estão Eusébio, no Ceará, São José dos Campos, no interior paulista, Uberlândia, em Minas Gerais, e Linhares e Vila Velha, ambas no Espírito Santo.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 25/03/2021	Caderno: Economia



Governo suspende cobrança de impostos do Simples em abril, maio e junho

Medida poderá alcançar 17 milhões de contribuintes, com custo temporário de R\$ 27,8 bilhões para os cofres públicos; secretário do Ministério da Economia também apontou para volta do programa de redução de jornada e salário

Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo

24 de março de 2021 | 19h31

BRASÍLIA - O agravamento da pandemia de **covid-19** e a adoção de medidas de isolamento social em Estados e municípios levaram o governo federal a acionar mais uma vez o botão das medidas de ajuda, seguindo um protocolo semelhante a março de 2020. Após a recriação do **auxílio emergencial** a vulneráveis, o **Ministério da Economia** anunciou hoje o adiamento do recolhimento de tributos para empresas do **Simples Nacional**.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, **Marcelo Guaranys**, que desde o ano passado tem a função de coordenar o grupo de monitoramento dos impactos econômicos da covid-19, disse que o cenário econômico está sendo constantemente avaliado. Ele deixou o caminho aberto para novas ações para evitar demissões de trabalhadores e garantir acesso a crédito às empresas.

O anúncio foi feito no mesmo dia em que o País chegou à marca de 300 mil mortos pelo **novo coronavírus**. Até o momento, o governo não pediu ao **Congresso Nacional** nova decretação de calamidade. A recém-promulgada **PEC emergencial** prevê um relaxamento de regras fiscais quando é decretada calamidade nacional, justamente para o governo poder gastar e combater a tragédia. A equipe econômica, porém, tem manifestado preocupação com o quadro fiscal do País, com a dívida pública na casa dos 90% do **PIB** após gastos significativos contra a covid-19 em 2020.

“A capacidade de ter novos instrumentos não significa que vamos utilizá-los”, disse Guaranys, sobre decretar ou não nova calamidade. “Vamos continuar analisando o cenário. É muito importante soltar as medidas de acordo com a necessidade delas. Assim como no ano passado, avaliaremos a cada momento se é necessário apertar um botão ou outro”, afirmou o secretário.

Guaranys disse que a equipe econômica tem ciência da urgência de outras medidas e afirmou que o governo tem trabalhado para destravá-las “o mais rápido possível”. Segundo ele, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, tem feito reuniões diárias com os secretários para acompanhar a situação.

O primeiro anúncio desse novo “cardápio” de medidas de ajuda é a suspensão da cobrança de tributos do Simples. A medida, aprovada hoje em reunião extraordinária do Comitê Gestor, alcança todos os tributos federais, estaduais e municipais recolhidos no âmbito do regime, e vale também para **microempreendedores individuais (MEIs)**.

Segundo o secretário especial da **Receita Federal, José Barroso Tostes Neto**, serão adiados os tributos com pagamento previsto para abril, maio e junho. Nesses meses, as empresas do Simples ficarão livres de fazer o recolhimento, mas apenas de forma temporária. Os valores precisarão ser quitados em seis parcelas, de julho a dezembro de 2021. “Três meses serão pagos em seis meses”, disse Tostes.

O governo calcula que a medida poderá alcançar 17 milhões de contribuintes, sendo 11,8 milhões de MEIs e 5,2 milhões de empresas do Simples. O adiamento envolve R\$ 27,8 bilhões, mas o impacto é temporário, já que há previsão de ingresso desses recursos no segundo semestre do ano. A decisão do CG-Simples será publicada amanhã no **Diário Oficial da União (DOU)**.

“Adotamos um importante medida de alívio, para dar fôlego a micro e pequenas empresas e condições de atravessar esse período mais crítico”, afirmou Tostes. Segundo ele, o diferimento de tributos para empresas que não são do Simples está em estudo e será adotado, caso de mostre necessário. Ele lembrou, porém, que a arrecadação do mês de fevereiro foi recorde. Por isso, defendeu uma análise minuciosa do cenário e dos impactos econômicos da covid-19.

Programa de redução de jornada e salário vai ser próxima medida, diz secretário

Marcelo Guaranys também acenou com a retomada do programa de redução de jornada e salário ou suspensão de contratos como próxima ação a ser adotada pelo governo.

Segundo ele, o auxílio emergencial a vulneráveis era uma prioridade, mas já foi destravado. Agora, um dos focos é o BEm, benefício emergencial pago a trabalhadores para compensar a perda salarial pelos acordos. “Vem logo em seguida”, disse Guaranys.

As medidas de crédito para as empresas em dificuldade, por sua vez, devem ser anunciadas “num futuro muito próximo”, afirmou o secretário. Ele citou os “próximos dias e semanas” como prazo para o anúncio dessas iniciativas. “Sabemos da importância das medidas de crédito para as empresas”, disse.

Outra medida relevante, segundo Guaranys, é o programa que permite os acordos para manutenção de empregos. “Estamos trabalhando para viabilizar BEm da melhor forma e com menor custo possível. Estamos discutindo sobre qual será o melhor desenho”, disse o secretário, que não respondeu de forma objetiva se os recursos para o benefício serão destinados por meio de crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação).

Como mostrou o **Estadão/Broadcast**, o governo estima que a nova rodada de reduções de jornada e salário ou suspensões de contrato **deva alcançar entre 2,7 milhões a 3 milhões de trabalhadores**. Já o BEm deve custar entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões. Nos últimos dias, cresceu a possibilidade de bancar o custo do programa com crédito extraordinário, depois que a proposta de rever as regras permanentes do seguro-desemprego teve receptividade ruim dentro do próprio governo, devido ao temor de aumento do desemprego.



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Assim é fácil cumprir o teto de gastos, ministro!

Guedes deixou o Congresso votar um orçamento fictício

25/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que as despesas da proposta orçamentária para 2021, que o governo enviou ao Congresso em agosto do ano passado, estão completamente desatualizadas. E que, para o Orçamento ficar dentro do teto de gastos, será necessário realizar um corte de R\$ 17,57 bilhões na proposta que deverá ser votada hoje pelos parlamentares. Os dados estão no relatório de avaliação de despesas e receitas do primeiro bimestre deste ano, divulgado segunda-feira.

O que surpreendeu a todos foi que Guedes não avisou, formalmente, ao relator da proposta orçamentária, senador Marcio Bittar (MDB-AC), sobre a nova realidade dos números, antes que o parlamentar apresentasse o seu parecer final para ser votado, o que aconteceu também na segunda-feira. Assim, o país foi informado, por meio do relatório bimestral, que o parecer de Bittar é uma peça de ficção, pois projeta receitas e despesas para este ano completamente irreais.

Guedes deixou o Congresso votar um Orçamento fictício

A questão que está colocada é saber por que Guedes não pediu ao presidente que enviasse ao Congresso uma mensagem modificativa do projeto de lei orçamentária deste ano, pois todos os parâmetros macroeconômicos que deram origem a ele foram substancialmente alterados. Tempo ele tinha para fazer isso, pois a Constituição estabelece que o presidente pode solicitar mudanças no projeto enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), da parte cuja alteração é proposta. Somente em fevereiro, a CMO foi instalada e, no dia 3 de março, Bittar apresentou o seu relatório preliminar.

Só para constar, no dia 25 de novembro de 2019, Guedes solicitou ao presidente Jair Bolsonaro que enviasse uma mensagem modificativa da proposta orçamentária válida para 2020. Naquela altura, o relatório preliminar do então relator Domingos Neto (PSD-CE) já tinha sido apresentado.

Neste ano, razão de sobra o ministro tinha para fazer o mesmo, pois a proposta original foi elaborada por sua equipe com a previsão de um salário mínimo de R\$ 1.067 para 2021. E de uma inflação em 2020, medida pelo INPC, de apenas 2,09%. O salário mínimo é o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais e está fixado em R\$ 1.100. O INPC, que corrige todos os benefícios, atingiu 5,45%.

É interessante observar que, no relatório de avaliação do primeiro bimestre, a equipe de Guedes justificou a elevação de R\$ 8,5 bilhões da despesa com benefícios previdenciários neste ano, em comparação com o que está projetado na proposta orçamentária original, com a explicação de que o acréscimo é “devido à incorporação dos dados referentes ao fechamento do exercício de 2020 e ao ajuste do salário mínimo de 2021, estabelecido em R\$ 1.100, frente à estimativa de R\$ 1.067, à época da elaboração do PLOA, em virtude da atualização do INPC”. Por que isso não foi dito, formalmente, ao relator? Que, em seu parecer, repetiu os números da proposta de agosto? Por que os deputados e senadores estão votando um Orçamento de ficção?

Também por causa do salário mínimo e do INPC, os benefícios assistenciais (LOAS e RMV) vão aumentar R\$ 975,9 milhões, em relação à proposta de agosto, e os gastos com o seguro-desemprego e o abono salarial terão alta de R\$ 2,1 bilhões. O governo alertou, no relatório, para o custo adicional de R\$ 4,8 bilhões devido à prorrogação da desoneração da folha de salário, que o relator ignorou no parecer, pois a despesa não estava na proposta original.

A equipe de Guedes informou, no relatório do primeiro bimestre, que a despesa obrigatória sujeita ao teto de gasto ficou R\$ 17,5 bilhões acima do que está na proposta orçamentária enviada em agosto. Isto deveria ter sido dito, formalmente, ao relator.

Como as despesas na proposta orçamentária original estavam no limite do teto, o acréscimo registrado terá que ser compensado pelo corte das chamadas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina administrativa). O relatório do primeiro bimestre não altera o montante de R\$ 96,05 bilhões para as despesas discricionárias, que está na proposta orçamentária de agosto. A este valor devem ser acrescidos os R\$ 16,3 bilhões reservados para as emendas parlamentares, totalizando R\$ 112,35 bilhões. Em seu parecer, o relator elevou para R\$ 113,1 bilhões, o total das despesas discricionárias.

Como Guedes não pediu o envio de uma mensagem modificativa da proposta orçamentária, deputados e senadores estão votando um Orçamento que está com despesas obrigatórias subestimadas, segundo informou a própria equipe do ministro. Com isso, na prática, está sendo aberto um espaço para a aprovação das emendas parlamentares e para a manutenção das despesas discricionárias em nível próximo ao fixado em agosto.

Se tivesse que trabalhar com as projeções que constam do relatório do primeiro bimestre, Bittar teria que enfrentar a dura realidade do teto de gastos. Teria que cortar R\$ 17,5 bilhões das despesas discricionárias. Como os R\$ 16,3 bilhões das emendas parlamentares seriam, provavelmente, mantidos, ele teria que passar a tesoura nas despesas discricionárias do Poder Executivo.

Dos R\$ 96,05 bilhões do Executivo, R\$ 4 bilhões são destinados à capitalização de empresas estatais, que não está submetida ao teto de gastos. O corte teria que ser feito, portanto, nos R\$ 92,05 bilhões restantes. Depois que Bittar usasse a tesoura, as despesas discricionárias do Executivo seriam reduzidas para apenas R\$ 74,5 bilhões. O relator chegaria à conclusão de que o Orçamento que está relatando coloca a administração federal em “shutdown”, ou seja, em situação de paralisação de serviços públicos prestados à população.

É difícil acreditar que Guedes não pediu o envio de uma mensagem modificativa do Orçamento para não explicitar a realidade atual do teto de gastos e, com isso, evitar os conflitos inerentes ao corte das despesas com investimento e custeio, que já são as menores da série histórica. Assim, fica fácil cumprir o teto, ministro!

Se subestimar despesas obrigatórias para fechar o Orçamento virou moda, o mesmo pode ocorrer quando as despesas obrigatórias estiverem próximas dos 95% da despesa total, ambas submetidas ao teto de gastos. Para evitar que o gatilho dispare, bastará não atualizar a proposta orçamentária feita em agosto.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

120 MEGA Claro net virtua

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O carro novo de Karol Conká mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em outubro

Tesouro prevê aumento do custo da dívida em março

Movimento reflete o aumento das taxas de juros, dúvidas sobre a sustentabilidade fiscal e o cenário externo mais negativo

Por **Edna Simão e Mariana Ribeiro** — De Brasília

25/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O custo médio de emissão da dívida pública deve ser mais elevado em março, segundo previsão do Tesouro Nacional. Isso reflete o aumento das taxas de juros, dúvidas sobre a sustentabilidade fiscal e o cenário externo mais negativo. Mas, segundo frisou o coordenador-geral de operações da dívida pública, Luís Felipe Vital, “não se trata necessariamente de uma tendência”.

De janeiro para fevereiro, o custo médio da dívida pública federal (DPF) em 12 meses caiu de 8,29% para 8,11% ao ano - o menor patamar da série histórica iniciada em 2005. No caso das emissões, foi apurado um aumento de 4,65% para 4,71% ao ano. Vital destaca que o movimento se refere à mudança do mix de papéis emitidos.

“Na margem, quando olharmos os indicadores de março, podemos observar custos maiores sim. Não se trata necessariamente de uma tendência”, explicou o coordenador-geral de operações da dívida pública.

Ele destacou que o aumento recente da taxa Selic, de 2% para 2,75% ao ano, tem impacto sobre o custo, mas que isso não é uma preocupação no momento porque todas as variáveis de custo da dívida estão nos menores patamares da série histórica. Vital disse que, por outro lado, pode haver uma alta da demanda por alguns papéis, como é o caso das LFTs de prazos mais longos. “Esse momento do

ciclo de política monetária é bastante favorável na execução da estratégia da dívida pública prevista para este ano”, frisou.

Vital ressaltou ainda que a elevação da Selic e a renovação do auxílio emergencial, com impacto de R\$ 44 bilhões sobre as contas públicas, não deverão provocar mudanças na gestão da dívida neste ano já que o Tesouro trabalha com diferentes cenários em suas análises.

Ao longo do mês de março, conforme documento divulgado pelo Tesouro, o Nacional, o apetite ao risco no mercado externo esteve limitado pelas preocupações com o movimento dos Treasuries nos EUA e com os impactos da pandemia em diversos países. Já no cenário doméstico, a curva de juros ganhou nível e perdeu inclinação, com os prazos mais curtos reagindo à política monetária e os mais longos em alta, refletindo o cenário externo mais negativo.

Ontem, o Tesouro divulgou que a dívida pública federal (DPF) subiu 2,75% em termos nominais na passagem de janeiro para fevereiro, somando R\$ 5,198 trilhões. No caso da dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) foi apurado um aumento de 2,68%, para R\$ 4,950 trilhões em fevereiro.

No mês passado, a emissão de títulos ficou em R\$ 177,9 bilhões, a segunda maior da série histórica. Já a emissão líquida no mês, de R\$ 111,5 bilhões, foi a terceira maior da série, perdendo apenas para novembro e dezembro do ano passado.

Com isso, o colchão de liquidez do Tesouro passou de R\$ 805,7 bilhões em janeiro para R\$ 933,2 bilhões em fevereiro. O valor é suficiente para fazer frente a 6,7 meses de vencimentos, destacou a secretaria. Somente os meses de março, abril e maio de 2021 concentrarão vencimentos estimados em R\$ 581,2 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

Orçamento pode crescer R\$ 21 bi e já vira alvo de disputa

Nova edição do BEm é forte candidata a entrar na lista

Por Edna Simão, Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

25/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Áreas do governo disputam um espaço fiscal de R\$ 20,879 bilhões que pode se abrir no Orçamento de 2021, por causa da revisão, para cima, das projeções de arrecadação. Essa margem vai possibilitar o aumento das despesas fora do teto de gastos, como créditos extraordinários, para minimizar efeitos da pandemia. A nova edição do BEm é forte candidata a entrar na lista.

O uso dos créditos extraordinários é, porém, alvo de debates internos na equipe econômica. Estando ou não de acordo com o regramento das contas públicas, o fato é que eles representam aumento de gastos, num momento em que é preciso reforçar o compromisso com o equilíbrio fiscal. Assim, há quem defenda buscar, preferencialmente, soluções dentro do Orçamento.

O BEm, por exemplo, pode ser bancado pelo menos em parte com os cerca de R\$ 9 bilhões em recursos que serão liberados com a decisão de postergar o pagamento de parcelas do abono salarial, tomada na terça-feira pelo comitê gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para o ano que vem. São recursos já previstos no Orçamento e dentro do teto.

Outro exemplo de programa que pode ter o prolongamento resolvido no Orçamento é o Pronampe. O **Valor** mostrou na segunda-feira que senadores haviam apresentado emendas para reforçar o Fundo Garantidor de Operações

(FGO) em R\$ 4,8 bilhões, o que daria suporte a novos empréstimos da ordem de R\$ 16 bilhões.

Por outro lado, é cada vez mais forte a avaliação que esses mecanismos, formatados dessa maneira, não serão suficientes para fazer frente a esse novo momento da pandemia. Assim, soluções dentro do Orçamento seriam insuficientes. A opção pelo uso de créditos extraordinários e até mesmo uma nova decretação de estado de calamidade são contempladas nesse cenário.

O relatório bimestral de receitas e despesas, enviado ao Congresso na segunda-feira passada pelo Ministério da Economia sem divulgação alguma, reduz a estimativa de déficit primário este ano. O resultado projetado passou a ser um déficit de R\$ 226,2 bilhões. Confrontado com a meta de R\$ 247,1 bilhões, deixa uma folga de R\$ 20,9 bilhões para novas despesas.

O problema é que, por causa da regra do teto de gastos, não é possível utilizar esses recursos. Pelo contrário, os números indicam a necessidade de contingenciar R\$ 17,6 bilhões em despesas primárias. Mas a folga pode ser usada fora do teto, com a edição de créditos extraordinários.

“Isso significa que temos espaço na meta, mas não no teto”, afirmou um técnico da área econômica. “A margem pode ser utilizada para despesas fora do teto como crédito extraordinário para efeitos da covid.”

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado, as indicações contidas no relatório não podem ser executadas. Diz o documento que “não há a possibilidade legal de expansão dos limites de empenho e movimentação financeira indicada, tendo sido o presente relatório publicado, entre outros motivos, para fins de transparência”.

Segundo o técnico, créditos extraordinários em valores acima de R\$ 20 bilhões podem ser feitos. No entanto, implicariam contingenciamento das despesas discricionárias, que já estão em um patamar baixo, para garantir o cumprimento da meta de resultado primário.

O documento elevou em R\$ 83,5 bilhões a estimativa para a receita primária total para 2021, que saltou de R\$ 1,56 trilhão, previsto no PLOA deste ano, para R\$ 1,64 trilhão. A estimativa para a receita líquida ficou em R\$ 1,35 trilhão, contra R\$ 1,28 trilhão no PLOA, uma alta de R\$ 61,8 bilhões. A projeção de receitas administradas ficou em R\$ 1,025 trilhão, a de receitas previdenciárias, em R\$ 432 milhões, e a de receitas não administradas, em R\$ 186,7 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

120 MEGA Claro net virtua

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O carro novo de Karol Conká mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

MP recomenda a 7 municípios do RJ que ampliem medidas de isolamento social

VALOR INVESTE

Brasil ultrapassa marca de 12 milhões de contaminados pela covid-19

Lira cobra correção de rumos e diz que Congresso pode usar ‘remédios amargos’

Discurso foi visto com um recado velado ao governo

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

25/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Lira: “Não ficaremos alienados, votando matérias teóricas como se o mundo real fosse apenas algo que do noticiário”
— Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Poucas horas após o anúncio da criação do comitê anti-covid pelo presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), enviou ontem um recado ao Palácio do Planalto, cobrando a correção dos rumos no combate à pandemia e alertando que há remédios amargos, alguns deles fatais, que podem ser usados pelo Congresso Nacional. O chefe do Poder Legislativo ponderou que não gostaria de recorrer a essas medidas, sem especificar a que se referia, mas afirmou que tudo tem um limite.

“Como presidente da Câmara dos Deputados, quero deixar claro que não ficaremos alienados aqui, votando matérias teóricas como se o mundo real fosse apenas algo que existisse no noticiário. Estou apertando hoje um sinal amarelo para quem quiser enxergar: não vamos continuar aqui votando e seguindo um protocolo legislativo com o compromisso de não errar com o país se, fora daqui, erros primários, erros desnecessários, erros inúteis, erros que são muito maiores do que os acertos cometidos continuarem a serem praticados”, disse Lira, em discurso no plenário da Câmara.

Eleito para o comando da Câmara com o apoio do Poder Executivo, o parlamentar do PP destacou não ser justo “descarregar a culpa de tudo no governo federal ou no presidente”. Ele chamou a atenção para a responsabilidade de executivos estaduais e municipais, lembrando que “o sistema de saúde é tripartite”.

Ao falar sobre remédios amargos aos quais o Poder Legislativo poderia recorrer em caso de inércia nas políticas de combate à pandemia, Lira disse que essa não seria sua intenção como presidente da Câmara. “Preferimos que as atuais anomalias se curem por si mesmas, frutos da autocrítica, do instinto de sobrevivência, da sabedoria, da inteligência emocional e da capacidade política. Mas alerta que, dentre todas as mazelas brasileiras, nenhuma é mais importante do que a pandemia. Esta não é a casa da privatização, não é a casa das reformas, não é nem mesmo a casa das leis. É a casa do povo brasileiro. E quando o povo brasileiro está sob risco nenhum outro tema ou pauta é mais prioritário.”

Reservadamente, aliados de Lira interpretaram o discurso como um ultimato para que Bolsonaro mantenha a mudança de postura e não volte a flertar com posicionamentos negacionistas.

A inclusão do recados a governadores e prefeitos foi vista como “milimetricamente calculada” para que o presidente não entendesse que a cobrança estaria sendo exclusiva ao governo federal.

O presidente da Câmara afirmou estar atento às reações da sociedade e dos parlamentares ao agravamento da pandemia e disse que não é o momento de tensionamentos.

“Não é hora de tensionamentos. E CPIs ou ‘lockdowns’ parlamentares - medidas com níveis decrescentes de danos políticos - devem ser evitados. Mas isso não depende apenas desta Casa. Depende também - e sobretudo - daqueles que fora daqui precisam ter a sensibilidade de que o momento é grave, a solidariedade é grande, mas tudo tem limite, tudo! E o limite do parlamento brasileiro, a Casa do Povo, é quando o mínimo de sensatez em relação ao povo não está sendo obedecido”, afirmou Lira.

No discurso, o deputado do PP falou sobre a união dos Poderes em busca de soluções e destacou o esforço concentrado do Parlamento em votar propostas voltadas à saúde nas duas próximas semanas. O presidente da Câmara disse que, entre todas soluções que estão no radar dos parlamentares, a melhor pode ser um “freio de arrumação até que todas as medidas necessárias e todas as posturas inadiáveis fossem imediatamente adotadas, até que qualquer outra pauta pudesse ser novamente colocada em tramitação”.

“Falo de adotarmos uma espécie de “esforço concentrado para a pandemia”, durante duas semanas, nas quais os demais temas da pauta legislativa teriam uma pausa para dar lugar ao único que importa: como salvar vidas, como obter vacinas, quais os obstáculos políticos, legais e regulatórios precisam ser retirados para que nosso povo possa obter a maior quantidade de vacinas, no menor prazo de tempo possível”, defendeu Lira.

No RJ, Estado e prefeitura ampliam transferências

Programa municipal tenta amenizar crise com o fechamento de atividades no curto prazo, enquanto governo estadual oferece auxílio até o fim da pandemia

Por Cristian Klein — Do Rio

25/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Num esforço para mitigar os efeitos econômicos negativos da pandemia e da paralisação por dez dias de atividades consideradas não essenciais, o governo estadual e a prefeitura do Rio anunciaram a concessão de auxílios emergenciais para a população mais pobre, batizados, respectivamente, de Supera Rio e Auxílio Carioca. O prefeito Eduardo Paes (DEM) fez um apelo às autoridades federais para a criação de uma política nacional para enfrentar “essa tragédia humanitária” e que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) seja deixada de lado diante das 300 mil mortes por covid-19.

Paes apresentou um conjunto de benefícios entre R\$ 108,50 e R\$ 500. Ele será oferecido no curto prazo para 900 mil pessoas - 14% dos habitantes da capital. O objetivo é aliviar o impacto das medidas restritivas a várias atividades entre 26 e 4 de abril, em todo o Estado.

O Auxílio Carioca custará R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 30 milhões sairão do orçamento da Câmara municipal, e R\$ 70 milhões, dos cofres da prefeitura, segundo Paes. O total já inclui cerca de R\$ 36 milhões concedidos regularmente pelo cartão-alimentação dos alunos da rede de ensino municipal. O que a prefeitura fez foi dobrar o valor do benefício, que desta vez será de R\$ 108,50. A ajuda atingirá 643 mil alunos. Serão transferidos R\$ 72,8 milhões.

Outros R\$ 14,1 milhões serão destinados para 50 mil famílias - com cerca de 177 mil pessoas - que já fazem parte do Cartão Família Carioca, programa de transferência de renda da prefeitura. Em média, o benefício será de R\$ 244.

Outro grupo que receberá auxílio é o de 23 mil famílias que estão em situação de pobreza (renda mensal de R\$ 89 a R\$ 179 per capita) ou extrema pobreza (menos de R\$ 89 per capita/mês). Essas famílias receberão R\$ 200 cada um, num total de R\$ 5,6 milhões.

O último grupo é formado por 13.506 vendedores ambulantes cadastrados pela prefeitura, prejudicados pela queda esperada de circulação de pessoas. O apoio ao segmento totalizará R\$ 7,7 milhões, com uma parcela de R\$ 500.

No anúncio, Paes fez um apelo ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), sem citar o nome dele, e ao Congresso Nacional para que tenham sensibilidade e deixem de lado “certos valores tão caros ao Brasil”, como a LRF. E façam uma política que auxilie “as pessoas mais pobres, os atores econômicos e os governos”, sobretudo os municipais.

“Não controlamos política monetária, não emitimos moeda, vivemos da arrecadação de impostos. Existe a necessidade de uma política nacional. Para quem tem a capacidade de fazê-lo, entendam: as pessoas não estão comendo, estão desempregadas, quebrando os seus negócios, e os municípios não têm condições de cumprir suas obrigações”, disse.

O governo do Estado lançou o programa Supera Rio, com validade até o fim do ano ou enquanto perdurar a pandemia. Ele prevê benefício de até R\$ 300, com mínimo de R\$ 200, sendo que as famílias poderão receber R\$ 50 extras por filho - dois no máximo. De acordo com o presidente da Assembleia Legislativa, André Ceciliano (PT), o valor total do Supera Rio ficará entre R\$ 2,7 bilhões e R\$ 3,5 bilhões e beneficiará 260 mil famílias que estão no Cadastro Único, do governo federal, mas não recebem o Bolsa Família, além de 127 mil desempregados segundo o Caged de dezembro de 2020. O plano é conceder ainda uma linha de crédito de até R\$ 50 mil para micro e pequenas empresas.

A origem dos recursos será a desvinculação de 30% da disponibilidade financeira (saldo) do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, bem como da expectativa de adesão ao Refis. **(Colaborou Alessandra Saraiva)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

120 MEGA Claro net virtua

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

O carro novo de Karol Conká mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Promoção VAN de vantagem Sprinter. Aproveite!

MERCEDES-BENZ VANS

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Perto da Páscoa, chocolate tem diferença de preço de até 94%, alerta Procon

VALOR INVESTE

IPVA 2021 em São Paulo: Terceira parcela vence hoje para veículos com placa com final 8

VALOR INVESTE

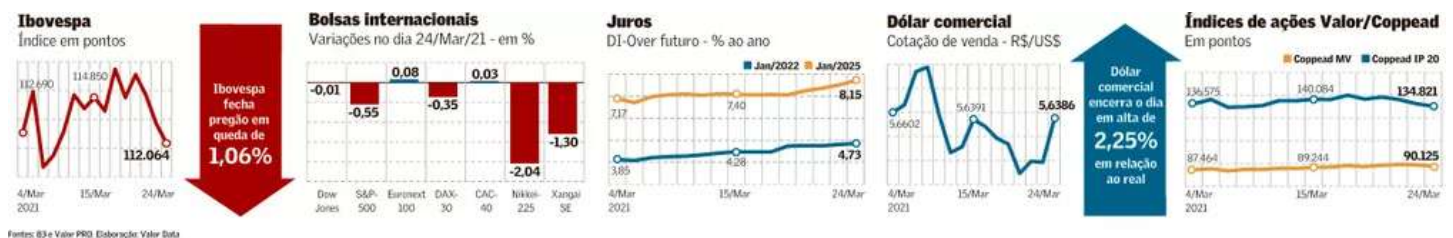
Dividendo adicional deve impulsionar ação da Copel, diz XP

Pandemia e fiscal penalizam ativo local

Dólar tem maior alta diária em seis meses com investidor cético sobre gestão da crise

Por Marcelo Osakabe, Felipe Saturnino, Lucas Hirata e Olívia Bulla — De São Paulo

25/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Preocupações latentes sobre o combate à pandemia da covid-19 no Brasil e seus possíveis efeitos fiscais dominaram a negociação dos ativos locais no pregão de ontem, mesmo diante da ofensiva do governo federal para mostrar maior coordenação e empenho contra a crise. Sem suporte do exterior ou do Banco Central, que havia se mostrado mais presente nas semanas anteriores por meio de intervenções, o dólar registrou seu maior avanço diário em seis meses, ao passo que o Ibovespa perdeu os 113 mil pontos e a curva de juros voltou a ganhar inclinação.

No fim, pressionada ainda por preocupações de que a Argentina possa dar um calote no FMI, a moeda americana encerrou em R\$ 5,6386, alta de 2,25% - a maior desde 19 de setembro. Já o Ibovespa caiu 1,06%, aos 112.064 pontos, na mínima do dia.

Um ano depois do início da crise, o presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem a criação de um comitê para coordenar esforços no combate à pandemia. Entre

outras ações, o grupo - que deve contar com participantes dos três poderes - irá discutir estratégias para o avanço da vacinação, tratada como prioridade.

A criação do comitê ocorre após o presidente assumir um tom mais moderado. Como apurou o **Valor**, o discurso de Bolsonaro em cadeia nacional na terça-feira foi praticamente inteiro redigido pelo ministro das Comunicações, Fabio Faria, com o intuito de se afastar da imagem de negacionista e antivacina.

“O discurso de Bolsonaro não gerou reação positiva porque todos sabem que aquilo ali não é ele. Falou o que precisava para se segurar na cadeira”, diz Fernando Bergallo, diretor da FB Capital. “A verdade é que o investidor internacional está com zero paciência com o Brasil”, disse.

“Bolsonaro está começando a correr atrás do prejuízo, uma mudança que ocorre depois da volta do ex-presidente Lula ao cenário eleitoral e também por causa piora da percepção do governo nas pesquisas”, diz Fernanda Consorte, estrategista-chefe de câmbio do Ourinvest. “Acontece que o estilo dele é muito difícil de mudar e, por mais que os assessores tentem, o discurso soa falso.”

Ontem, ao anunciar a criação do comitê, Bolsonaro voltou a defender o chamado “tratamento precoce” contra a covid e anunciou que a orientação caberá ao recém-empossado ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Após a fala, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse a interlocutores que o comitê irá basear suas decisões na ciência e nas decisões da comunidade científica.

Para Bergallo, o mercado de câmbio tem andado um pouco de lado nos últimos dias porque os agentes entendem que estamos em um cenário binário. “Ou a velocidade da vacinação melhora e as reformas também começam a acontecer e o câmbio despenca, ou o dólar vai voltar a subir com força”, explica. Em sua avaliação, o ciclo de altas da Selic iniciado na semana passada pelo Copom é o único fator que segura, no momento, um salto da moeda americana.

Diante da escalada de mortes e de temores sobre o ritmo de vacinação, há quem tema que o governo acabe fazendo gastos ainda maiores para socorrer a população. Esse risco se materializou, ontem, em uma carta assinada por 16

governadores pedindo aos presidentes da Câmara e do Senado que o auxílio emergencial volte a ser de R\$ 600 e que os critérios de acesso sejam os mesmos do ano passado.

No mercado de juros, o rendimento do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 encerrou a sessão regular em 8,65%, de 8,43% no ajuste anterior. Diante da notícia da carta dos governadores, as taxas continuaram a subir na sessão estendida.

Em meio a esse cenário, houve continuidade do fechamento de posição de estrangeiros nos juros. De acordo com os dados abertos da B3, investidores não-residentes reduziram a posição líquida vendida (aposta na queda) no mercado futuro de juro de 3,7 milhões de contratos na quinta passada para 3,35 milhões ontem. "O mercado foi bem difícil", diz um operador de renda fixa de uma corretora local que prefere não ser identificado. "Os gringos continuam 'stopando' e o cenário interno ficou bem ruim."

Na bolsa, essa preocupação acabou zerando os ganhos que a Petrobras sustentou durante toda a sessão e pesou sobre o setor de bancos - que carregam bastante peso no Ibovespa. O papel Vale ON terminou em alta de 2,30%. No setor bancário, Bradesco ON caiu 1,57%, Bradesco PN cedeu 1,03% e Itaú PN recuou 1,74%.

Entre os destaques positivos, as ações de Carrefour dispararam 12,77% após a empresa anunciar a compra do Grupo Big Brasil por R\$ 7,5 bilhões. Ao mesmo tempo, os papéis das concorrentes terminaram em baixa sob pressão do ambiente macroeconômico: Pão de Açúcar ON perdeu de 4,31% e Assaí ON caiu 3,22%. Fora do Ibovespa, Grupo Mateus ON cedeu 2,80%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Geladeira número 1 em eficiência energética

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO

120 MEGA Claro net virtua

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

Placar em julgamento no STJ sobre Refis da Crise é favorável à União

Placar está em três votos a dois e ainda faltam três votos para a conclusão

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

25/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Regina Helena Costa: cobrar juros sobre multas seria ilógico e desarrazoado — Foto: Divulgação/STJ

Os contribuintes estão perdendo, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), discussão sobre a forma como devem ser calculados os descontos oferecidos no Refis da Crise (Lei nº 11.941, de 2009). Há maioria, por enquanto, para permitir que sejam cobrados juros de mora sobre as multas perdoadas no parcelamento. Esse tema está sendo julgado na 1ª Seção.

O julgamento, retomado ontem e novamente suspenso por pedido de vista, tem grande impacto para União. Se perder, poderá ter que devolver aos contribuintes 5% do arrecadado com o programa, de acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O placar está em três votos a dois e ainda faltam três votos para a conclusão.

Se o placar virar, favorecendo o contribuinte, além disso, o precedente poderá ser usado para discutir outros parcelamentos. Edições posteriores ao Refis da Crise têm a mesma metodologia de cálculo, também prevendo a cobrança de juros sobre a multa perdoadada.

Somente com o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), o último do tipo Refis, disponibilizado no ano de 2017, o impacto para a União seria de mais de R\$ 3 bilhões, diz a PGFN.

O julgamento, apesar de não ocorrer em caráter repetitivo, uniformiza o entendimento que deve ser adotado pelas turmas que julgam as questões de direito público. Há divergência em relação a esse tema: a 1ª tem decisão contra a cobrança dos juros e a 2ª favorável.

O caso envolve a Bettanin Industrial, do segmento de utensílios de limpeza doméstica, com sede no Rio Grande do Sul (Eresp 1404931). Segundo consta no processo, a companhia aderiu ao Refis da Crise e optou por pagar a sua dívida tributária à vista, o que deu direito à redução de 100% do valor das multas de ofício e mora cobradas sobre os débitos.

Para a empresa, é como se as multas tivessem sido extintas e, por esse motivo, não incidiriam juros desde a data do vencimento do tributo, que, no caso em análise, era ano de 2005.

Já a Fazenda Nacional entende que os descontos oferecidos no programa devem ser aplicados após a atualização da dívida na data de adesão, ou seja, 2009. A PGFN afirma, no processo, que o desconto dos juros de mora, pela lei, eram de 45% e, pelo cálculo do contribuinte, aumentariam para 68%.

O relator, ministro Herman Benjamin, ao votar no início do julgamento, em agosto do ano passado, deu razão à PGFN. “A redução dos juros de mora em 45% deve ser aplicada após a consolidação da dívida, sobre o montante devido originariamente”, afirmou ao votar, acrescentando “não existir amparo legal para que a exclusão de 100% da multa de mora implique exclusão dos juros”.

O entendimento de Herman Benjamin está sendo acompanhado, por enquanto, pelos ministros Og Fernandes, Mauro Campbell e Assusete Magalhães.

Napoleão Nunes Maia Filho, que se aposentou em dezembro, votou quando o julgamento teve início. E, naquela ocasião, abriu divergência. Para ele, “o acessório acompanha o principal”. “Se a multa não existe mais, não poderia ser invocada para coisa alguma, mormente para a incidência de juros de mora”, disse.

A ministra Regina Helena Costa, na sessão de ontem, acompanhou a divergência, a favor do contribuinte. Para ela, os juros, se mantidos sobre as multas perdoadas, incidiriam sobre bases de cálculo inexistentes. Seria, na sua visão, “ilógico e desarrazoado”.

Regina Helena Costa chamou a atenção, ao votar, que essa matéria motivou divergências dentro da própria administração pública. A Receita Federal, disse,

entendia inicialmente que não poderia incidir juros sobre as multas perdoadas, enquanto a PGFN posicionava-se de forma contrária.

Essa questão foi pacificada por meio de uma portaria conjunta, de forma desfavorável ao contribuinte. “É a administração que interpreta a lei desse jeito”, disse a ministra, acrescentando que, frustra o objetivo da Lei do Refis, “que é o de incentivar o pagamento dos débitos em período mais exíguo”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

120 MEGA com Wi-fi Plus

CLARO

Contrate

LINK PATROCINADO

O carro novo de Karol Conká mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

O carro novo de Carla Diaz mostra o quão rica ela é

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Planos de saúde sem taxa de adesão, com isenção de carência* , para o Servidor Público

QUALICORP

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Novo Peugeot 208. Agende seu Emotion Drive.

PEUGEOT

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Acionistas da Smiles votam incorporação pela Gol

VALOR INVESTE